



MESTRADO EM DIREITO E SEGURANÇA

Dissertação de Mestrado

O Espaço das Informações no Combate ao Terrorismo

Autor: José Pedro Bordelo de Jesus Parra

Orientador: Prof. Doutor José Manuel Morais Anes

Lisboa, 11 de Novembro de 2015

Declaração de Compromisso de Anti-Plágio

Declaro por minha honra que o trabalho que apresento é original e que todas as minhas citações estão correctamente identificadas. Tenho consciência de que a utilização de elementos alheios não identificados constitui uma grave falta ética e disciplinar.

Lisboa, 11 de Novembro de 2015

Agradecimentos

As primeiras palavras de agradecimento são dirigidas ao Professor Doutor José Manuel Morais Anes, que fez o favor de comigo partilhar o seu conhecimento no decorrer do processo de orientação desta dissertação.

De seguida, registo o meu enorme agradecimento ao Professor Doutor Jorge Bacelar Gouveia por ter sido incansável na resolução e condução deste Mestrado. A sua dedicação levou a qualidade deste ciclo a um nível bastante alto, providenciando excelente formação aos alunos.

Pela impossibilidade de nomear todas as pessoas que gostaria, e considerando o resultado desta dissertação bastante ligado ao percurso pessoal, profissional e académico, agradeço Fortemente aqueles com os quais tive o privilégio de privar e aqueles que gentilmente me concederam a sua amizade e camaradagem. Refiro-me às pessoas das Forças Armadas que me acolheram e muito me ensinaram nas áreas de Segurança e Defesa, e em especial aos militares e camaradas do Corpo de Fuzileiros que me incutiram o esforço, dedicação e profissionalismo subjacente à elaboração desta dissertação. Refiro-me também a todos os amigos e colegas que me apoiaram em todo o percurso académico, e que suportaram a minha ausência sem hesitações. Muito obrigado!

Gostaria de agradecer aos meus “Filhos da Escola”, camaradas do Curso de Oficiais Fuzileiros, que estiveram sempre presentes nas maiores adversidades.

De forma especial, agradeço à minha família todo a compreensão e apoio neste trajecto. O seu apoio constante foi determinante!

De forma muitíssimo especial, agradeço à minha Mulher pelo enorme esforço enorme pelo qual passou, apoiando-me de forma incondicional e incansável em todas as etapas, mesmo tendo sido privada da atenção que merece. Este trabalho também lhe pertence!

Resumo

A gestão do terrorismo apresenta uma importância acrescida pelo desconhecimento e incerteza que esta ameaça à paz lança nas sociedades. Do processo de globalização resultou uma capacidade de mobilidade e comunicação que permitiu a difusão do terrorismo de forma global e, conseqüentemente, a capacidade de se inscrever na agenda internacional. Desta forma tornou-se necessário uma sinergia entre as principais organizações internacionais e Estados, em prol do interesse comum de gerir o terrorismo para níveis aceitáveis.

Esta dissertação pretende assim aferir qual o espaço que está reservado às informações no combate ao terrorismo. Para o efeito, realizou-se revisão de literatura relacionada com informações, segurança e terrorismo, tal como, legislação e documentos oficiais, nacionais e internacionais. Estes permitiram perceber as estratégias de combate ao terrorismo das principais organizações internacionais e também portuguesa, as instituições que estão incumbidas do combate o terrorismo e de crimes relacionados com este, realçando-se as instituições de informações no âmbito da União Europeia e em Portugal.

As informações devem entrar neste painel pela necessidade de conhecer a ameaça e os seus contornos. Por um lado incumbe perceber o quadro no qual se estabelece o terrorismo, traçando cenários competentes para reduzir a incerteza ao decisor e, por outro lado, incumbe também a difusão de informações a outros intervenientes na segurança, permitindo aos seus comandos e direcções a utilização eficiente dos meios.

Palavras-Chave: Política; informações; terrorismo; crime organizado; União Europeia; coordenação; combate ao terrorismo

Abstract

The management of terrorism presents an added importance because of the ignorance and uncertainty that this threat to peace launches in societies. From the globalization process has resulted a capacity of mobility and communication which allowed the spread of terrorism globally and hence the ability to be in the international agenda. Thus it became necessary a synergy between the main international organizations and states, in the common interest of managing terrorism to acceptable levels.

This thesis aims to assess how much space is reserved for intelligence on combating terrorism. To this end, it carried out a literature review related to intelligence, security and terrorism, such as legislation and official documents, national and international. These allowed realize the strategies for combating terrorism of major international organizations and the Portuguese, the institutions that are in charge of fighting terrorism and related crimes, highlighting the intelligence institutions within the European Union and Portugal.

Intelligence should enter on this panel by the need to meet the threat and its contours. On the one hand lies to understand the framework which establishes terrorism, tracing relevant scenarios to reduce uncertainty in decision-making and, on the other hand, also be responsible for disseminating information to other stakeholders on security, allowing its commands to use the means efficiently.

Key words: Policy; intelligence; terrorism; organized crime; European Union; coordination; combating terrorism.

Índice

Agradecimentos	III
Resumo	IV
Abstract	V
Índice	VI
Lista de Abreviaturas.....	VII
1. Objecto e Metodologia.....	1
1.1. Objecto de Estudo	1
1.2. Objectivos da Investigação.....	2
1.3. Metodologia.....	3
2. Introdução.....	4
3. Conceitos de Informações	9
4. Políticas Internacionais de Combate ao Terrorismo.....	21
4.1. A Organização das Nações Unidas	22
4.2. União Europeia.....	28
4.2.1. Relevância da União Europeia	28
4.2.2. Políticas Europeias de Combate ao Terrorismo	33
4.2.3. Partilha de Informações na União Europeia.....	36
4.2.4. Produção de Informações na União Europeia	40
4.3. Políticas da NATO de Combate ao Terrorismo.....	46
5. Sistema Português de Combate ao Terrorismo	48
5.1. Política Portuguesa de Combate ao Terrorismo.....	48
5.2. Enquadramento legal do Combate ao Terrorismo	57
5.2.1. Das acções de terrorismo e de actividades relacionadas	58
5.2.2. Dos actores de combate ao terrorismo e crimes conexos	65
5.3. Coordenação entre Actores no Combate ao Terrorismo.....	80
6. Conclusões.....	85
Bibliografia	91

Lista de Abreviaturas

ADM – Armas de Destruição Massiva

AGONU- Assembleia Geral das Nações Unidas

APIS – Sistema de Informação Antecipada de Passageiros

ARUNEPS – Alto Representante da União para os Negócios Estrangeiros e Política de Segurança

CCPA – Centros de Cooperação Policial e Aduaneira

CEDN – Conceito Estratégico de Defesa Nacional

CISMIL – Centro de Informações e Segurança Militares

CPLP – Comunidade Portuguesa de Língua Portuguesa

CSONU – Conselho de Segurança das Nações Unidas

CTC – Counter-Terrorism Committee

CTED - Counter-Terrorism Committee Executive Directorate

CTITF - Counter-Terrorism Implementation Task Force

EM – Estados Membros

ENCT – Estratégia Nacional de Combate ao Terrorismo

EUMS – Estado-Maior da União Europeia

EUROPOL – Serviço Europeu de Polícia

FATF – Financial Action Task Force

FFAA – Forças Armadas

FMI – Fundo Monetário Internacional

FSS – Forças e Serviços de Segurança

GC – Governo Constitucional

INTCEN –European Union Intelligence Centre

INTERPOL – International Polícia

ISAF – International Security Assistance Force

LOIC – Lei Orgânica da Investigação Criminal

NATO – Organização do Tratado do Atlântico Norte

NBQR – Nuclear, Biológico, Químico e Radiológico

ONU – Organização das Nações Unidas

OPC – Órgãos de Polícia Criminal

PESC – Política Externa e de Segurança Comum

PESD – Política Europeia de Segurança e Defesa

RS – Resolute Support

SEAE – Serviço Europeu de Acção Externa

SEF – Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

SHAPE – Supreme Headquarter Allied Powers Europe

SIAC – Single Intelligence Analysis Capacity

SIED – Serviço de Informações Estratégicas de Defesa

SIIC – Sistema de Informação de Investigação Criminal

SIPEP - Sistema de Informação do Passaporte Electrónico Português

SIRP – Sistema de Informações da República Portuguesa

SIS – Serviço de Informações de Segurança

SITCEN – European Union Situation Centre

SSI – Sistema de Segurança Interna

UCAT – Unidade de Coordenação Antiterrorista

UNODC/TPB - United Nations Office on Drugs and Crime – Terrorism Prevention Branch

UE – União Europeia

VIS - Sistema de Informação de Vistos

1. Objecto e Metodologia

1.1. Objecto de Estudo

Esta dissertação de mestrado tem como objecto de estudo o espaço institucional reservado às informações no âmbito dos sistemas de combate ao terrorismo numa perspectiva alargada.

Este trabalho incidiu em três vertentes conforme seguinte:

- a) Às estratégias de combate ao terrorismo das principais organizações internacionais e do Estado Português;
- b) Capacidade da União Europeia de produção e partilha de informações;
- c) Aos actores de combate directo ao terrorismo e aos crimes conexos em Portugal, e a posição das informações.

A escolha do tema está relacionada com a importância das informações para a tomada de decisão informada num ambiente competitivo e num contexto em que as sociedades tendem a escrutinar e a exigir qualidade nas decisões; pela necessidade de acção sinérgica dos actores de combate ao terrorismo; e pelas alterações verificadas na natureza das ameaças, nomeadamente do terrorismo, decorrentes do processo de globalização e da inovação nas tecnologias de informação e comunicação, tal como a crescente relevância da União Europeia como actor das relações internacionais.

Esta investigação adquire a sua pertinência na medida em que contribui para o estudo académico das informações, área que tem sido alvo de reduzida investigação pelo domínio restrito das informações; para o estudo da estrutura e autonomia europeia no âmbito da política de segurança, atentando à sua qualidade enquanto actor de relações internacionais e à sua pertinência no âmbito da segurança regional e global; e, ainda, para o estudo do sistema de combate ao terrorismo

numa perspectiva abrangente, tendo por base o estudo da produção e partilha de informações e qual a função que lhe está reservada no âmbito do combate ao terrorismo.

1.2. Objectivos da Investigação

Reconhecendo a importância dos serviços de informações para o processo de tomada de decisão, nomeadamente no âmbito do combate ao terrorismo, de qualquer entidade política na esfera da segurança e defesa, identificou-se como central a seguinte questão: Qual o espaço das informações no combate ao terrorismo na UE e em Portugal?

Da questão formulada surgem as seguintes questões auxiliares:

- a) Quais as estratégias de combate ao terrorismo no plano internacional?
- b) Quais as capacidades de informações da NATO que podem ser postas ao serviço da União Europeia?
- c) Onde se situam as informações no âmbito da União Europeia?
- d) Como está instituído o combate ao terrorismo em Portugal e qual a posição das informações?

No sentido de responder às questões anteriores estabeleceu-se para este trabalho os seguintes objectivos:

- a) Conhecer como está desenhada a estratégia de combate ao terrorismo na ONU, na OTAN, na UE e em Portugal;
- b) Identificar o nível de acção que foi atribuído à União Europeia pelos Estados-membros no domínio das informações e como se encontra estruturado o actual processo de produção de informações da União Europeia;
- c) Conhecer qual a posição dada às informações no combate ao terrorismo na Europa e em Portugal.

1.3. Metodologia

A investigação foi conduzida recorrendo a uma conceptualização que parte do geral para o particular, método científico dedutivo, assente: a) no estudo de bibliografia especializada relacionada com informações, segurança e terrorismo; b) na análise de documentos relacionados com a estrutura de combate ao terrorismo numa perspectiva internacional, europeia e nacional; e c) na análise de legislação sobre o combate ao terrorismo.

Para alcançar os objectivos acima identificados a investigação foi estruturada da seguinte forma: em primeiro lugar elaborou-se um enquadramento do tema e uma clarificação de conceitos relacionados com as informações; em segundo lugar uma abordagem às políticas internacionais de combate ao terrorismo, na qual se abordou as informações na União Europeia; de seguida abordou-se o caso do sistema português de combate ao terrorismo, numa perspectiva jurídica dos seus actores e crimes relacionados, focando em especial o espaço reservado às estruturas de informações. Espera-se desta forma dar resposta à questão central.

Os dados foram recolhidos pelos seguintes métodos: em primeiro lugar recorreu-se à análise de bibliografia, nacional e internacional, relevante e de propriedade reconhecida sobre a temática; em segundo lugar, analisaram-se documentos estruturantes do combate ao terrorismo ao nível da ONU, da NATO e da UE; e, em terceiro lugar, analisaram-se os documentos políticos e legais que enformam o combate ao terrorismo em Portugal.

Os documentos consultados para fundamentação deste trabalho, por acordo com o coordenador do Mestrado, foram referenciados utilizando a norma de referência APA (*American Psychological Association*).

2. Introdução

As informações, enquanto actividade de cariz científico e desenvolvidas por instituições especializadas, apresentam para os Estados um importante instrumento de apoio para o processo de tomada de decisão e para definição de políticas do Estado, principalmente nas áreas da segurança, defesa e política externa. Permitem genericamente que o decisor seja esclarecido sobre matérias de interesse nacional, com base em estudos de informações rigorosos que apresentam cenários prospectivos sobre a evolução esperada dessas matérias (Marrin, 2007).

A organização política do pós-Vestefália, o Estado Soberano, permitiu à data uma simplificação das relações entre os actores internacionais pela relativa clareza das regras do sistema internacional, relativamente anárquico e certamente conflitual. No âmbito da segurança e defesa do Estado, as relações eram assim pautadas por uma oposição generalista entre os actores, com maior ou menor grau de conflitualidade. As informações entram nesta vertente pela tentativa de conhecimento da ameaça pois, conforme Sun Tzu, “conhece o inimigo e conhece-te a ti próprio; numa centena de batalhas nunca estarás em perigo” (Tzu, 1974, p. 178).

Contudo as ameaças complexificaram-se e o terrorismo, apesar de ter estado sempre presente na história das sociedades, nunca apresentou o carácter tão complexo que apresenta o terrorismo transnacional de narrativa islâmica com o qual se deparou a sociedade desde o marco psicológico dos atentados perpetrados em 11 de Setembro de 2001. Este, a par do que sucedeu com a restante sociedade, soube aproveitar e tirar partido das potencialidades do processo de globalização e da evolução das tecnologias de informação e comunicação na prossecução dos seus objectivos, atingindo uma especialização técnica, táctica e operacional, não apenas bélica mas

também estrutural e comunicativa. Estes factores conferem capacidade estratégica e, assim, possibilidade de condicionar a agenda internacional do século XXI.

Ainda que os objectivos dos actos de terrorismo não estatal visem “quebrar a relação de confiança entre a população e a estrutura governamental” (Moreira, 2014) para atingir objectivos políticos, o que assolava no passado diversos países constituía-se geralmente como táctica integrante de movimentos de guerrilha pois “Quando a guerrilha não tem capacidade para combater de modo convencional, inicia acções de terrorismo” (Ferreira, 2006, p. 31) .

Contudo, o terrorismo transnacional de narrativa islâmica, ao qual se chamará doravante terrorismo islâmico, pauta-se por uma actuação internacional que não reconhece fronteiras e com estreitas ligações ao crime organizado; é altamente violento e pretende atingir o maior número de pessoas; sempre como motivação política e apresentando uma “estrutura celular, desterritorializada e por vezes acéfala” segundo Bauer & Raufer (2003), citado em Garcia (2006, p. 348), que lhe confere uma dinâmica imprevisível. Os atentados demonstram uma excelente capacidade de planeamento e de comando e controlo, e são perpetrados e explorados por uma extensiva propaganda que procura criar clima de terror que desgaste o poder instituído e leve as populações a pressionar os governos.

As características anteriores levam a considerar que a resposta para gestão do terrorismo deve passar por uma sinergia entre actores da comunidade internacional, dando relevo às principais organizações internacionais, a ONU, a NATO e a União Europeia, e através da aplicação de uma estratégia assente numa abordagem abrangente, assente em políticas não só securitárias mas também de carácter civil.

O Espaço das Informações no Combate ao Terrorismo

A ONU oferece uma plataforma de diálogo e a capacidade de facilitação para alcançar acordos entre a maioria dos países no que ao combate ao terrorismo diz respeito. Ainda, a sua competência técnica constitui-se como um auxílio na capacitação de Estados a países flagelados pela proliferação terrorista, através de programas de assistência técnica.

No que concerne à União Europeia (UE), a premissa da conflitualidade está atenuada entre os Estados-Membros (EM). A organização é o resultado da atribuição voluntária do exercício de competências por parte dos Estados-Membros (EM) que a compõem, assentando nos interesses comuns dos mesmos e dirimindo assim sua conflitualidade. “Podemos afirmar que o objectivo foi alcançado, na medida em que nestes cinquenta anos de integração comunitária tem existido uma paz duradoura” (Soares, 2005, p. 103).

Desde a criação da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA) em 1952, até chegar ao que hoje se conhece como a União Europeia, verifica-se uma enorme evolução na integração e alargamento deste actor internacional, quer ao nível económico-social com a criação de um espaço de livre circulação, quer ao nível político-militar com a criação de uma Política Externa e de Segurança Comum (PESC).

Contudo, a dificuldade de classificação política da UE, resultante de uma estrutura única no mundo, que mistura processos de decisão comunitários com intergovernamentais, estrutura *sui generis* como refere Andreia Soares (Soares, 2005, p. 28), levanta dúvidas de como se deve processar ao nível da União Europeia, ou mesmo se se deve, a área da segurança e da defesa, uma vez que estas áreas estão, normalmente, reservadas ao núcleo mais restrito do poder soberano, onde se inclui a produção de informações.

Introdução

No entanto, certo é que a UE se complexificou e apresenta actualmente diversas características de uma organização supranacional. Esta exerce diversas atribuições nas áreas da segurança, defesa e política externa, que foram inclusivamente reforçadas pelo preceituado no Título V do Tratado da União Europeia de 2007.

A suspensão do controlo das fronteiras internas da UE e a implementação de um Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça, veio trazer no âmbito interno novos desafios à segurança da UE e dificuldades no combate ao terrorismo. As actuais ameaças, como a criminalidade organizada e o terrorismo, apresentam um elevado grau de difusão e imprevisibilidade, e não reconhecem fronteiras para a sua actuação. O seu combate deve ser levado a cabo numa perspectiva holística dos meios da UE e dos EM, tendo em mente que o processo de globalização fez esbater a fronteira entre segurança interna e externa.

A relevância da UE como actor tem sido traduzida, no âmbito da PESC, com diversas missões de cariz civil e militar em países terceiros com especial enfoque naqueles que dizem respeito à segurança dos europeus, como a missão contra a pirataria no Golfo de Áden, ou as relações com os países do Norte de África. Verifica-se ainda que no âmbito das missões de cariz militar existe uma parceria com as estruturas da Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO) (Lima, 2009).

Assim, pela natureza dinâmica e interdependente das ameaças, tanto de terrorismo como das actividades relacionadas com o terrorismo, como a criminalidade organizada no âmbito do financiamento, ou da proliferação de armas de destruição massiva (ADM) no âmbito de aquisição de maior capacidade de projecção de força e de prestígio nas suas relações com o mundo, e tendo em conta que tais actividades não reconhecem fronteiras para a sua actuação, o combate ao terrorismo deve ser um processo de cooperação internacional que, considerando-se

O Espaço das Informações no Combate ao Terrorismo

as raízes culturais da ameaça, exige necessariamente o envolvimento de todos os sectores da Sociedade.

É neste contexto que, reconhecendo valor a uma estratégia de combate ao terrorismo assente numa abordagem abrangente, se pretende com este trabalho conhecer o espaço das Informações no sistema de combate ao terrorismo, identificando e analisando os documentos de referência e estruturas envolvidas no processo. Contudo, e uma vez que Portugal tem agência nas mais importantes Organizações Internacionais, e é dentro das suas relações com o exterior que conceptualiza a sua segurança, pretende-se também sistematizar o enquadramento internacional mais relevante em matéria de combate ao terrorismo.

3. Conceitos de Informações

A presente entrada pretende enquadrar conceitos de informações no sentido de facilitar a compreensão do preconizado nesta dissertação de mestrado. A maior dificuldade surge nos conceitos de informações uma vez que o domínio restrito de actuação dos serviços de informações, e a dificuldade de acesso à informação por parte dos investigadores académicos, aumenta também a dificuldade de teorização nesta matéria (RAND Corporation, 2006).

Importa antes de mais esclarecer que “em Portugal existe o mesmo entendimento do que é a *intelligence*, mas a sua tradução literal para a língua portuguesa como inteligência não tem conseguido sobrepor-se à tradicional utilização do termo informações” (Graça, 2011, p. 20). Neste sentido utiliza-se neste trabalho os termos *intelligence* e informações com o mesmo conteúdo.

A primeira distinção conceptual a referir é entre informação e informações. Apesar da abrangência do termo informação, nesta sede utilizar-se-á a definição constante do glossário de termos e definição da Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO), NATO AAP-6, que define informação como “*Unprocessed data of every description which may be used in the production of intelligence*” (NATO, 2014, pp. 2-I-4), referindo-se assim a dados em bruto.

No âmbito da definição de informações, e por ser o centro de gravidade deste trabalho, elabora-se mais profundamente a sua problemática. Esta não é consensual e tem sido objecto de alguma discussão entre os académicos e os profissionais do sector. Michael Warner, no seu artigo *Wanted: A definition of “Intelligence”*, realiza uma compilação entre diversos conceitos de informações desde 1946 a 2002 na tentativa de elaborar a sua própria definição. Verifica-se pelas

diversas definições compiladas que existe uma adequação do conceito às alterações na realidade internacional. O autor conclui definindo que “*intelligence is secret, state activity to understand or influence foreign entities*” (Warner, 2002, p. 21).

Durante o período da Guerra Fria a abordagem constituía-se maioritariamente estado-cêntrica. No entanto, as definições foram-se adequando progressivamente à ascensão de outros actores nas relações internacionais, à erosão do conceito de soberania, ao esbatimento entre segurança interna e externa, e à alteração na natureza das principais ameaças, crescendo as assimétricas e refreando as estatais (Graça, 2011) (RAND Corporation, 2006).

Ainda, a publicação NATO AAP-6 define *intelligence* como “*The product resulting from the processing of information concerning foreign nations, hostile or potentially hostile forces or elements, or areas of actual or potential operations. The term is also applied to the activity which results in the product and to the organizations engaged in such activity*” (NATO, 2014, pp. 2-I-6).

Apesar das diferentes perspectivas e definições, é comumente aceite entre a comunidade de informações que o termo *intelligence* pode ser entendido como processo, como produto e como organização (RAND Corporation, 2006). É “definível, enquanto processo, como a metodologia de obtenção e tratamento de informação, secreta e não secreta, para servir os Estados na formulação das suas políticas externas e no confronto com as ameaças às suas respectivas seguranças internas e externas, e também cada vez mais para servir entidades não-estatais, como empresas, organizações não-governamentais ou mesmo movimentos terroristas” (Graça, 2011, p. 20). É entendido enquanto produto, como o resultado do processo anterior, traduzindo-se normalmente em estudos de informações para apoio a processos de decisão; e é ainda entendido enquanto organização, como as entidades

responsáveis pelo processo e produto anteriores. (Marrin, 2007) (RAND Corporation, 2006).

É importante reter que as informações surgem integradas num processo de tomada de decisão política, militar ou de outra natureza no sentido de reduzir as incertezas do decisor. (Cardoso, 2004)

No concernente à categorização das informações, da bibliografia consultada resulta que existem diversas formas e critérios destas serem organizadas em função das suas características. *“In fact, it is this ability of intelligence practice to shape itself to fit the changing and particular needs of organizations and parts of organizations that, if properly used and flexibly applied, make it an extremely useful tool”* (McDowell, 2009, p. 13)

A NATO, sendo uma organização política de segurança colectiva por excelência, que não apresenta aspirações formais de projecção semelhantes às dos Estados ou à da União Europeia, nem preocupações de segurança interna, de acordo com a AJP 2 Allied Joint Intelligence, Counter Intelligence and Security Doctrine (NATO, 2003) classifica as informações da seguinte forma:

Quanto ao seu nível como:

Estratégicas, sendo aquelas *“required for the formation of policy, military planning, and the provision of indications and warning, at the national and/or international level. This is the highest level of intelligence derived from information gathered over the widest possible area in response to requirements placed by national governments across the complete spectrum of national and international military, diplomatic, political and economic matters”* (NATO, 2003, pp. 1-2-3)

Operacionais, sendo aquelas *“required for the planning and conduct of campaigns at the operational level. More specifically, it is the intelligence required for the planning, execution and support of campaigns and operations within a Joint Operations Area (JOA) by a Joint Headquarters. It is intelligence which is produced within the Joint Force Commander’s Area of Intelligence”* (NATO, 2003, pp. 1-2-3).

Táticas, sendo aquelas *“required for the planning and execution of operations at the tactical level. Intelligence used from the level of formation headquarters downwards which is produced within the formation’s area”* (NATO, 2003, pp. 1-2-4)

Quanto ao seu tipo:

Básica, como sendo *“the background intelligence about a subject which is maintained in databases and continually updated in peace and in the course of operations. The principal use of basic intelligence is to set the scene at the outset of operations and to meet intelligence requirements dealing with unchanging facts such as battlespace terrain and weather which may be raised in answer to new requirements in the course of an operation. It is defined as: Intelligence, on any subject, which may be used as reference material for planning and as a basis for processing subsequent information or intelligence”* (NATO, 2003, pp. 1-2-4).

Correntes, como sendo *“intelligence which is produced in response to intelligence requirements linked to a current operations and which refers to events at the time of the operation. It is defined as: Intelligence which reflects the current situation at either strategic or tactical level”* (NATO, 2003, pp. 1-2-4)

Sobre Alvos, como sendo “*intelligence which portrays and locates the components of a target or target complex and indicates its vulnerability and relative importance. Target intelligence provides the targeting data for the targeting process. This process ensures that the most effective use is made of offensive fire support systems*” (NATO, 2003, pp. 1-2-4)

Esta classificação permite à NATO satisfazer as suas necessidades de informações, maioritariamente de cariz político e de cariz militar, para desempenhar as suas funções. Assim as informações estratégicas serão de especial relevância para a vertente política da NATO, as informações operacionais para os quartéis-generais encarregues de tutelar as operações em curso ou planear para futuras operações, e as informações táticas para as unidades que estão a executar as operações.

Já um Estado, que “nasce em função dos fins que a doutrina classicamente lhe atribui, a saber: segurança, justiça e bem-estar económico e social” (Lara, 2011, p. 280) e com o intuito de perseguir esses fins, apresenta agencialidade, faculdade de agir ou ter acção, em todas as competências tradicionais, *ius bellum*, *ius legationes* e *ius tractum*, e necessita de um entendimento abrangente de organizar e conduzir a produção de informações. Heitor Romana começa por distinguir duas componentes operacionais das informações de acordo com a sua finalidade: a componente estratégica e componente securitária. (Romana, 2008).

Tendo em conta que estas são ainda debate de delimitação conceptual, podemos considerar que as informações estratégicas são:

De acordo com Júlio Pereira,

“As informações produzidas para efeitos de definição e condução da política e das estratégias do Estado (ou de outros

grandes atores da cena internacional e do âmbito interno). Neste sentido, destaca-se o facto de o destinatário final da informação estratégica ser quase sempre uma unidade política e não um comando operacional” (Pereira J. , 2012).

Acresce Jorge Silva Carvalho que,

“Destinam-se a determinar o poder nacional dos adversários, as suas possibilidades e probabilidades de actuação e as suas vulnerabilidades. Caracterizam-se, também, por se projectarem no futuro numa perspectiva de médio e de longo prazo e abordam todos os factores que permitem definir o poder nacional de um país, da capacidade militar à capacidade energética, do poder económico à estrutura do seu tecido sócio-político” (Carvalho J. S., 2009, p. 9).

E como menciona Heitor Romana,

“São identificadas a partir do interesse político para o “décideur” de determinados assuntos considerados sensíveis para os interesses políticos, económicos, diplomáticos, culturais e militares do estado.”

As informações são estratégicas na medida em que resultam de um processo “proactivo” e não “reactivo” do Estado, ou, por outras palavras, as informações são estratégicas devido ao seu carácter projectivo/ofensivo, porque se situam na esfera do jogo dos decisores do Estado.” (Romana, 2008, p. 99)

“De uma forma sinóptica, podemos então afirmar que as informações estratégicas são aquelas informações necessárias à concepção e execução de uma “grande estratégia” considerada assim pelo alcance dos seus efeitos mas também pela sua permanência no tempo” (Romana, 2008, p. 99).

As informações de segurança, conforme Heitor Romana, são produzidas dentro de “um quadro conceptual dirigido para a identificação e contextualização de ameaças ao Estado e à sociedade. Elas estão vocacionadas para o estudo de cenários de ameaças e para a avaliação de vulnerabilidades próprias, com origem interna ou externa” (Romana, 2008, p. 99), através de análise e avaliações de risco, “antecipando a emergência de novos fenómenos, monitorizando o devir das ameaças e identificando os seus principais agentes, constituindo-se como um elemento estruturante da tomada de decisão política” (Cruz, 2014).

Como refere Michael Herman, a natureza das informações de segurança pode ser identificada a partir do British Security Service Act de 1989, que refere como principal função “*the protection of national security and, in particular, its protections against threats from espionage, terrorism and sabotage, from the activities of agents of foreign powers and from actions intended to overthrow or undermine parliamentary democracy by political, industrial or violent means*”. Reforça a sua ideia de ameaças à segurança interna referindo que “the essence of these threats is that they operate internally rather than externally” (Herman, 2006, p. 47).

Apesar desta distinção, não se deverá cair na tentação de conformismo conceptual considerando-se que estas duas categorias estão separadas por fronteiras rígidas. Estas categorias foram forjadas em contexto de relativa facilidade em separar a segurança interna da segurança externa. Contudo hoje, o processo de globalização que dá origem à revisão do conceito de soberania e a uma progressiva permeabilidade das fronteiras, leva ao esbatimento da separação entre segurança interna e externa. Quanto ao anterior, Michael Herman refere que “*in practice foreign and security intelligence targets overlap. External threats have internal components and vice versa; espionage is foreign but is an internal threat, while few terrorists organizations are without overseas connections*” (Herman, 2006, p. 47); “*foreign intelligence is*

often collected on home territory, and security intelligence overseas" (Herman, 2006, p. 48).

Em suma, as informações estratégicas têm a finalidade de apoiar a definição e condução da "grande estratégia nacional", e as informações de segurança de prevenir ameaças ao Estado e à sociedade, existindo, contudo, esferas de sobreposição.

Dentro da distinção anterior, as informações podem ser classificadas em diferentes tipos de acordo com a sua funcionalidade. Jorge Silva Carvalho sugere:

- Informações táticas como "aquelas que ajudam a definir e perceber os contornos das ameaças. Estão intimamente ligadas ao planeamento da actividade operacional em sentido estrito; à condução de operações técnicas ou humanas no terreno. São normalmente mais concentradas no espaço e no tempo, visando questões concretas" (Carvalho J. S., 2009, p. 9);
- Informações situacionais que providenciam a interpretação de facto sobre ameaças concretas;
- "Informações preventivas analisam as implicações presentes e futuras de uma ameaça à segurança externa e interna" (Carvalho J. S., 2009, p. 9);
- "Informações preemptivas definem cenários de antecipação e de neutralização de ameaças, cruzando-se com informações estratégicas de segurança" (Carvalho J. S., 2009, p. 9)

A classificação assente num critério temporal é também sugerida por Jorge Silva Carvalho da seguinte forma:

- “As informações de base correspondem maioritariamente às de carácter estratégico e são produzidas a partir de fontes abertas ou de informação/notícias não classificadas, referindo-se a elementos estruturantes razoavelmente estáveis e relativos a situações passadas e actuais”;
- “As informações correntes projectam-se por períodos mais curtos de tempo, permitindo definir a situação presente, e tratam os acontecimentos que vão ocorrendo continuamente”;
- “As informações prospectivas (...) permitem, através do conhecimento do que se está a passar e do que já aconteceu, projectar acontecimentos futuros eliminando o factor surpresa. Determina-se, assim, o que o adversário pode fazer e não tanto o que vai fazer. Elaboram-se, portanto, cenários ou situações hipotéticas e determinam-se as possibilidades e as probabilidades de ocorrência de determinado acontecimento” (Carvalho J. S., 2009, p. 10).

Diversos autores classificam ainda as informações quanto ao método utilizado para a sua obtenção. Contudo, considera-se nesta sede que este critério deverá ser ultrapassado uma vez que poderá não se ajustar à classificação das informações como um produto. Sendo que as informações são o resultado de um método de produção (ciclo de produção de informações), que inclui uma fase de recolha de informação por diversos métodos (ex. Humint, Sigint, etc...), não deverá confundir-se a recolha de informação com a produção e classificação das informações. Não significa que a informação recolhida não deva ser classificada quanto ao método pelo qual foi recolhida, mas apenas que as informações a que a informação recolhida dá origem, não o devam ser. Neste sentido abordar-se-á os métodos de recolha, não na

classificação das informações, mas na fase de recolha de informação do ciclo de produção de informações.

A utilização de informações no apoio à tomada de decisão sofreu uma grande evolução em termos de rigor científico no processo de produção. A crescente exigência das sociedades, que cada vez menos admitem erros aos decisores, leva a que essa produção seja realizada através de métodos com o menor grau de subjectividade possível. Neste sentido o método mais utilizado para a produção de informações designa-se por ciclo de produção de informações.

O ciclo de produção de informações consiste num processo desenvolvido no sentido da utilização de informação (dados em brutos) para transformação em informações, que seja útil para reduzir a incerteza do decisor acerca de determinada matéria. Existem diversos autores que apresentam modelos de ciclos de informações, sendo que neste trabalho se utilizará o proposto por Jorge Silva Carvalho.

O modelo proposto é composto por quatro fases conforme seguinte:

- Orientação da pesquisa é o momento no qual são definidas as prioridades das informações;
- Pesquisa é a fase em que se recolhem notícias através da utilização de diferentes tipos de fontes e por diferentes métodos (humanas ou técnicas); Quanto aos métodos de pesquisa ou recolha de informação, esta pode incidir, em maior ou menor grau, em fontes humanas, designada de HUMINT (Human Intelligence); em fontes que têm por base recursos técnicos, como SIGINT (Signals Intelligence), que abarca técnicas como COMINT (Communications Intelligence), ELINT (Electronics Intelligence), MASINT

(Measurement and Signature Intelligence), ou como IMINT (Imagery Intelligence); ainda, por fontes abertas, designadas por OSINT (Open Source Intelligence), sendo que há autores que consideram esta última como principal fonte de informação (Carvalho J. S., 2009).

- “Processamento, fase em que se transformam as notícias em informações através de um processo, também ele dinâmico, de registo, de estudo, integração e interpretação analítica de todas as notícias disponíveis” (Carvalho J. S., 2009, p. 8); e
- Exploração, fase em que se procede à difusão das informações e a estudos subsequentes no sentido de aumentar o conhecimento sobre o adversário e a possibilidade de realização de ameaças (Carvalho J. S., 2009).

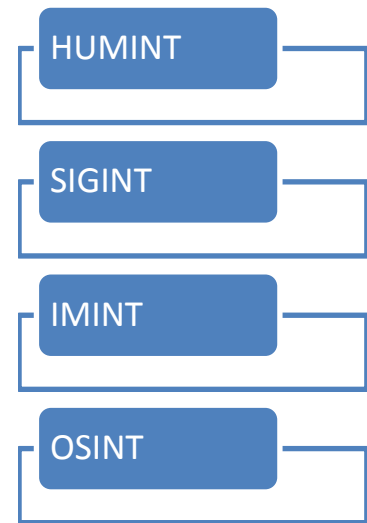
Existe a necessidade de notar que o ciclo de produção de informações, apesar de se designar ciclo, poderá factualmente ser interrompido no sentido em que pode ser conveniente aos seus intervenientes, em princípio, assente em critérios de utilidade. Por exemplo, durante o processamento o analista poderá requisitar novas pesquisas para melhor análise, ou situações em que a veracidade de certa notícia e urgência no seu conhecimento por parte do decisor o obrigue, levando à necessidade de retorno a fases anteriores ou à ultrapassagem de fases.

Figura 1 – Ciclo de Produção de Informações



Fonte: Adaptado de NATO (2003)

Figura 2 – Métodos de recolha de informação



Fonte: Elaboração própria

Decorre assim do anterior o enquadramento conceptual da matéria de informações. Desta resulta com especial importância a distinção entre informação e informações; o seu objectivo de reduzir a incerteza no âmbito do processo decisório; o tipo de informações e qual é a sua função, tal como, a condução do processo de produção de informações e quais os métodos de recolha.

4. Políticas Internacionais de Combate ao Terrorismo

O carácter transnacional do terrorismo islâmico e das actividades de suporte que o permitem, a par da interdependência das ameaças, obriga a que as conceptualizações das políticas públicas de combate ao terrorismo sejam enquadradas: a) dentro dos limites impostos pelos direitos, liberdades e garantias fundamentais dos cidadãos; b) numa perspectiva holística da acção dos diversos Estados-membros da UE, da UE, da ONU e da NATO, sendo estes os principais actores de combate ao terrorismo e no sentido de uma reposta tendencial e progressivamente colectiva e única; c) deve ainda, pela natureza da ameaça, envolver organizações e países da origem geográfica e cultural da narrativa utilizada pelas organizações terroristas de cariz islâmico pois “os líderes religiosos têm neste capítulo uma particular responsabilidade, pela autoridade de que estão investidos para refutar as interpretações do Corão invocadas pelos extremistas” (Sampaio, 2006, p. 28).

Não obstante a grande maioria dos Estados e Organização Internacionais reconhecer o terrorismo como uma das principais ameaças da actualidade, certo é que as “experiências diversas dos Estados da UE face ao terrorismo como ameaça real ou percebida têm influenciado políticas e procedimentos na luta contra o terrorismo” (Freire, 2010, p. 46) que conduzem a diferentes percepções do fenómeno, dificultando assim a sua definição e, por conseguinte, o seu combate. Apesar dessa dificuldade, tem sido possível alcançar interesses comuns neste âmbito e desenvolver acções coordenadas de grande complexidade. Foi o caso da *International Security Assistance Force (ISAF)* no Afeganistão e da actual *Resolute Support (RS)* no âmbito NATO, ou da aprovação da estratégia de Antiterrorismo da União Europeia com referência a acções não apenas militares mas também “o esforço para solucionar os conflitos e promover a boa governação e a

democracia será outro elemento essencial da Estratégia, [...] tendo em vista combater os factores que motivam a radicalização e os factores estruturais que estão na sua origem” (Conselho da União Europeia, 2005, p. 7), por exemplo, com missões de reforço do Estado de Direito.

Desde os anos 60 que se vêm a adoptar diversas convenções cujos objectos se prendem com actividades relacionadas com o terrorismo, como a *Convention on Offences and Certain Other Acts Committed On Board Aircraft*, *Convention for the Suppression of Unlawful Seizure of Aircraft*, e *International Convention against the Taking of Hostages*. Estas surgem na altura em que, no âmbito do conflito Israelo-árabe, a Organização para a Libertação da Palestina (OLP) começou a perpetrar ataques de cariz transnacional no sentido de chamar atenção ao mundo para a sua causa. No entanto, é com os ataques de 11 de Setembro de 2001 nos Estados Unidos da América (EUA) que a ONU começa a assumir uma posição mais activa no combate ao terrorismo.

4.1. A Organização das Nações Unidas

O Secretário-Geral da ONU (SGONU) no seu discurso em 10 de Março de 2005, um ano após os atentados de Madrid, vem chamar a atenção de que o combate ao terrorismo precisa de uma “*comprehensive strategy*” que envolva todos os Estados-Membros, dando origem a que no documento final da Assembleia Geral da ONU (AGONU) desse ano, resulte a tarefa de se desenvolver uma estratégia nos preceitos apresentados pelo SAGONU (Annan, 2005).

A resolução A/RES/60/288 da AGONU, “The United Nations Global Counter-Terrorism Strategy”, aprovada a 8 de setembro de 2006, surge nesta sequência e enforma uma estratégia holística de combate ao terrorismo que envolve a acção de todos os Estados-Membros, integrando em anexo um plano de acção relativamente sistematizado e

específico. Este visa não só o combate directo aos actos de terrorismo mas também às raízes do terrorismo, salvaguardando ainda o respeito pelos direitos fundamentais dos cidadãos no sentido de não se cair na tentação de estes serem ultrapassados sob a égide da securitização (United Nations General Assembly, 2006).

Assim, a Estratégia Global de Contra Terrorismo das Nações Unidas está desenhada no sentido de tomar acção em quatro elementos primordiais, acrescentando que os Estados-Membros se comprometeram, pelo ponto 2 do plano de acção anexo à estratégia, a implementar todas as resoluções da AGONU sobre medidas para eliminar o terrorismo internacional e do Conselho de Segurança da ONU (CSONU) relacionadas com o terrorismo internacional.

O primeiro elemento prende-se com medidas destinadas às condições que conduzem à proliferação do terrorismo, como por exemplo, relacionadas com prevenção e resolução de conflitos de longa duração, a promoção de dinâmicas interculturais assentes em respeito mútuo e com consciência e tolerância pelas diferenças culturais. Neste também se insere o desenvolvimento das agendas de inclusão social no sentido de reduzir a marginalização dos possíveis alvos de recrutamento das organizações terroristas.

O segundo elemento são medidas para prevenção e para combater o terrorismo, tais como, assegurar que os territórios dos Estados-Membros não são utilizados para preparação e organização ou treino de actividades terroristas, intensificar cooperação adequada para partilha de informação concernente à prevenção e combate ao terrorismo, ou ainda, fortalecimento da cooperação dos Estados no combate a crimes conexos com o terrorismo, tais como os diversos tipos de tráfico, branqueamento de capitais ou comércio ilegal de armas.

O Espaço das Informações no Combate ao Terrorismo

O terceiro elemento são medidas de capacitação de Estados para prevenir e combater o terrorismo e fortalecer o papel da ONU neste âmbito, tais como, a implementação de projectos de assistência técnica, intensificação de reuniões entre Estados-Membros e agências de contra terrorismo da ONU no sentido de maior troca de informação sobre os projectos de assistência; trabalhar junto de organizações internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial ou a Organização para a Proibição de Armas Químicas, para que ajudem os Estados na implementação das normas internacionais e obrigações, tentando prevenir o acesso de terroristas a material nuclear, biológico, químico e radiológico (NBQR), ou mantendo a prossecução de projectos de desenvolvimento.

Por último, o quarto elemento é constituído por medidas para garantir o respeito pelos direitos humanos e pelo Estado de Direito como base fundamental do combate ao terrorismo. Pauta-se por ser um elemento transversal a toda a estratégia de combate ao terrorismo e pretende, em parte, que a necessidade de segurança não conduza a um nível de securitização que condicione os princípios fundamentais da liberdade democrática. Apresenta medidas como a adopção e implementação dos quadros legais internacionais de referência em direitos humanos, sistemas judiciais baseados em Estados de Direito para julgamento, prevendo a possibilidade de os Estados solicitarem assistência técnica para a implementação de tais sistemas de justiça criminal. Este elemento surge na crença de que medidas eficazes de contra terrorismo e a promoção dos direitos humanos, a par do desenvolvimento humano, são complementares e reforçam-se mutuamente (United Nations General Assembly, 2006).

Assim, as linhas estratégicas anteriores providenciam um quadro tendente a guiar a acção das Nações Unidas no combate ao terrorismo na sua globalidade. Contudo, ao abordar-se de forma geral as entidades

das Nações Unidas de combate ao terrorismo, verifica-se que “*since the 9/11 attacks, the United Nations (UN) has been struggling to organise its piecemeal construction of a counter-terrorism architecture to operate more coherently and effectively*” (Stoffer, 2013, p. 1) uma vez que número e diferentes naturezas dessas entidades dificultam uma acção coordenada entre as mesmas. Stoffer preconiza assim a criação de um Coordenador de Combate ao Terrorismo das Nações Unidas que deveria “lead UN efforts to make the international system work more effectively and efficiently, and who would multiply the political authority and power of the UN with the resources of the many states and other entities fighting global terrorism” (Stoffer, 2013, p. 1), possibilitando a sincronização de políticas.

Assim, verifica-se que o sistema das Nações Unidas no âmbito do combate ao terrorismo se encontra disperso e que as relações funcionais se afiguram pouco sinérgicas. Este sistema contempla entidades que são órgãos subsidiários das instituições da ONU, mas conta também com agências internacionais independentes ou os próprios Estados.

Como principais actores podem apontar-se, em primeiro lugar, os comités criados por resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSONU). Neste âmbito a Resolução 1267 (1999), e posteriormente a Resolução 1989 (2011), vem criar um comité, conhecido como “*Al-Qaida Sanctions Committee*”, com o propósito inicial de supervisionar a implementação de medidas sancionatórias impostas ao Afeganistão controlado pelo grupo Taliban pelo seu suporte a Osama Bin Laden. Contudo, resoluções subsequentes vieram alargar o espectro do regime de sanções aplicando-o também a indivíduos e entidades associadas à Al-Qaeda em qualquer lugar. As medidas referidas contemplam que os Estados devem aplicar medidas a indivíduos ou entidades associadas com a Al-Qaeda como congelar os bens, não permitir a entrada ou trânsito através de seus territórios, e impedir o

fornecimento, a venda e a transferência de armas e equipamento militar, sendo que a principal responsabilidade pela aplicação das medidas de sanção recai sobre os Estados-Membros (The Al-Qaida Sanctions Committee, 2015) (Stoffer, 2013, p. 2).

A Resolução 1373 (2001) do CSONU vem criar o *Counter-Terrorism Committee* (CTC), sendo que o *Counter-Terrorism Committee Executive Directorate* (CTED) é apenas criado pela Resolução 1535 (2004). O seu propósito consiste em monitorizar a implementação das resoluções 1373 (2001) e 1624 (2005) que preconizam que os Estados adoptem medidas tendentes a combater actividades de terrorismo, tais como, a criminalização do financiamento do terrorismo, a congelação de fundos de indivíduos relacionados com actos de terrorismo, negação de todas as formas de suporte financeiro a grupos terroristas, partilha de informação com outros governos acerca de grupos que praticam ou planeiam actos de terrorismo, cooperação com outros governos na investigação, detecção, prisão, extradição e acusação dos indivíduos envolvidos em actos de terrorismo, ou ainda, a criminalização do incitamento a cometer actos de terrorismo (UN Counter-Terrorism Committee, 2015).

O CSONU aprovou ainda a Resolução 1540 (2004) que institui o “*1540 Committee*” do CSONU. Esta Resolução pretende que os Estados adoptem legislação que previna a proliferação de armas nucleares, biológicas e químicas, tal como os meios de emprego dessas armas, e que criem controlos apropriados para prevenir o tráfico ilícito dessas armas, encorajando também a cooperação internacional neste esforço. O Comité 1540 foca-se assim na prevenção da proliferação de armas de destruição massiva por actores não estatais, monitorizando a aplicação das medidas preconizadas pela Resolução 1540, tal como, providenciando assistência na aplicação dessas medidas (1540 Committee | United Nations, 2015).

Em segundo lugar, fora da égide do CSONU, destaca-se o *United Nations Office on Drugs and Crime/Terrorism Prevention Branch* (UNODC/TPB), na sua organização de prevenção do terrorismo. Esta agência centra a sua actividade na prevenção do crime e justiça criminal, providenciando assistência técnica aos Estados para ratificar e implementar os instrumentos legais internacionais, tal como, para desenvolver a sua legislação interna e os processos relacionados com justiça criminal. Ainda como actor central do sistema de combate ao terrorismo da ONU surge a *Counter-Terrorism Implementation Task Force* (CTITF), criado em 2005 pelo SGONU, tendo sido autorizada em 2008 pela AGONU a providenciar assistência aos Estados Membros para implementação da Estratégia Global de Combate ao Terrorismo das Nações Unidas, tal como, a coordenador todos os esforços para a sua implementação tendo em conta que o seu mandato passa por alcançar coordenação e coerência nas actividades de combate ao terrorismo do sistema das Nações Unidas. Contudo, sendo que a responsabilidade de implementação da Estratégia pertence aos Estados, o seu principal objectivo centra-se em maximizar as especialidades de cada entidade, no sentido de auxiliar os Estados a implementar os quatro pilares da estratégia de forma mais eficiente (Counter-Terrorism Implementation Task Force, 2015).

Numa perspectiva abrangente, Stoffer (2013) inclui ainda agências independentes que se relacionam com o CTED, a CTITF, ou UNODC/TPB no planeamento de actividades específicas de combate ao terrorismo, tais como, a Organização de Aviação Civil Internacional (OACI), a Organização Marítima Internacional (OMI), o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial, a Organização de Polícia Internacional (INTERPOL), entre outras. Para uma aplicação eficiente da estratégia global de combate ao terrorismo das Nações Unidas, existe necessidade de uma coordenação efectiva das agendas das diferentes entidades, considerando a sua quantidade e natureza.

4.2. União Europeia

4.2.1. Relevância da União Europeia

A realidade europeia da actualidade é bastante diferente de há meio século atrás, tanto por questões internas como externas. No âmbito interno, considerando o espaço geográfico do que é hoje UE, pode referir-se que as relações entre os Estados-Membros se pautavam em larga medida pelos princípios vestefalianos anárquicos. Neste sentido, as ameaças e, conseqüentemente, os riscos eram maioritariamente de modelo tradicional internacional, ou seja a guerra entre Estados soberanos. No âmbito externo assistia-se à existência de duas grandes potências, União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e Estados Unidos da América (EUA), que disputavam entre si a liderança da ordem mundial.

A realidade da União Europeia actual é fruto de uma evolução na sua própria natureza enquanto organização, e em simultâneo, fruto de uma evolução na realidade internacional. No âmbito interno, os Estados-Membros foram hábeis o suficiente para encontrar interesses comuns entre eles e perceber que os mesmos seriam melhor alcançados em termos sinérgicos do que em isolamento. Aprofundaram as suas relações de tal forma que suspenderam o controlo das fronteiras internas, elemento nuclear de qualquer Estado rigorosamente soberano, permitindo a livre circulação de pessoas, bens, serviços e capitais, num espaço que se designa de Liberdade, Segurança e Justiça. No plano externo, a UE assiste e adequa-se à emergência de novos actores nas relações internacionais como organizações não-governamentais, e à proliferação de centros de decisão importantes que condicionam a soberania dos Estados.

As ameaças e os riscos passam da tradicional conflitualidade entre Estados para uma realidade de ameaças que se caracteriza pela proliferação de actores, globalidade, complexa organização, difusão e interdependência. A proliferação de actores na cena internacional leva a que também a UE se consolide e assuma assim algumas características de organização supranacional, inclusive assumindo uma política externa relativamente autónoma da dos Estados-Membros, apresentando mesmo assento em vários fóruns e organizações internacionais, e, tendo sido dotada de personalidade jurídica, a possibilidade de celebrar acordos internacionais (Wouters, Coppens, & Meester, 2008).

A União Europeia, como uma entidade *sui generis* (Soares, 2005), oferece uma dificuldade acrescida aos investigadores que se dedicam ao estudo científico do papel internacional da UE. Os principais constrangimentos surgem da tentativa de análise da UE sob os pressupostos do paradigma realista através dos princípios que regem a análise do Estado soberano moderno (Joenniemi, 2012), uma vez que "o projecto de integração europeia é reconhecido como um processo que desafia o modelo clássico de organização do 'político'. Assim, a UE tem vindo a constituir-se como um modelo de comunidade política que questiona a exclusividade do Estado nacional" (Costa, Ferreira, Pereira, & Soares, 2009, p. 19).

Assim, introduz-se os critérios de análise da UE na cena internacional propostos por Charlotte Bretherton e John Vogler, na sua publicação *The European Union as a Global Actor*. Estes propõem uma análise do papel externo da UE, assente não nos princípios vestefalianos do que constitui o Estado soberano mas sim na sua capacidade de agir na cena internacional, propondo um modelo de análise assente em três categorias: presença, oportunidade e capacidade.

A presença conceptualiza a relação entre o desenvolvimento interno da UE e as expectativas externas. Refere-se à possibilidade de

exercer influência e de moldar as percepções e expectativas dos demais. É referido na mesma publicação que a presença não significa necessariamente acção externa, mas pode também surgir como consequência da percepção que os outros têm do desenvolvimento dos processos internos (Bretherton & Vogler, 1999) pois, “naturalmente, estas, transformações, internas na sua essência, têm efeitos muito profundos sobre a inserção internacional da UE, que não se cingem, naturalmente, aos impactos económicos, comerciais e financeiros, mas abrangem uma dimensão política, institucional e, até, jurídica e regulatória” (Costa, Ferreira, Pereira, & Soares, 2009, p. 18).

A categoria da oportunidade contém os factores do ambiente externo que possibilitam ou restringem a agencialidade do actor. As alterações nas percepções sobre o sistema internacional e seu funcionamento, marcadas pela interdependência e globalização, produzirem um ambiente propício ao desenvolvimento da UE na política internacional. Os autores referem o Estado individual retratado como relativamente impotente face a actores económicos não territoriais que operam num sistema de produção globalizado. Assim, a título de exemplos, tanto a retórica económica de inadequação do Estado soberano para regular actividades de actores económicos globais, tal como, o fim da Guerra Fria que permitiu à UE relacionar-se com os países pertencente à ex-União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, se afiguram como oportunidade para a UE agir na cena internacional. Ainda no âmbito político, permitiu à União Europeia incluir princípios de direitos e liberdades individuais em acordos com países terceiros e, por isso, “in the post-cold war period, the EC/EU has increasingly become an actor with na agenda” (Bretherton & Vogler, 1999, p. 8).

A terceira e última categoria proposta é a capacidade, referindo-se à aptidão de responder eficazmente às expectativas externas e às oportunidades numa perspectiva de formulação política no seio do

sistema político da UE. Esta formulação foi sendo apetrechada com ferramentas de forma semelhante ao que sucedeu com a evolução do restante projecto europeu, ou seja, através de uma política de pequenos passos (Soares, 2005). O Acto Único Europeu, em 1987, veio trazer pela primeira vez ao Tratado o enquadramento para um sistema de política externa – a Cooperação Política Europeia. Também o Parlamento Europeu, instituição comunitária por excelência, viu as suas competências reforçadas no âmbito dos novos tratados e acordos com países terceiros, permitindo maior acção desta instituição (Bretherton & Vogler, 1999). O Tratado de Lisboa de 2007 prevê já que, no âmbito da formulação de política externa, de acordo com artigo 26.º, n.º 1 “O Conselho Europeu identifica os interesses estratégicos da União, estabelece os objectivos e define as orientações gerais da política externa e de segurança comum, incluindo em matérias com implicações no domínio da defesa”; o n.º 2 contempla que “O Conselho elabora a política externa e de segurança comum e adopta as decisões necessárias à definição e execução dessa política”; e o n.º 3 que “A política externa e de segurança comum é executada pelo Alto Representante e pelos Estados-Membros, utilizando os meios nacionais e os da União”. Assim, verifica-se um acréscimo de autonomia no processo de decisão, e da acepção de capacidade aqui apresentada, da União Europeia no âmbito da política externa, ou, pelo menos, instrumentos jurídicos para o efeito.

Contudo, “quando comparada com outras potências económicas, comerciais e financeiras (EUA, Japão ou mesmo China), a UE não se apresenta, obviamente, como um Estado ou uma federação de Estados, mas antes um conjunto de Estados que partilha soberania, de forma diferenciada consoante as áreas políticas em causa” (Costa, Ferreira, Pereira, & Soares, 2009, p. 19). Desta forma, as divergências existentes entre países poderão ser percepcionadas pelos actores externos como entropias na capacidade da UE, pelas dificuldades que possam colocar

no processo de tomada de decisão comunitária. Esta realidade de possíveis divergências pode verificar-se, apesar de não caber nos objectivos deste estudo, ao comparar-se a evolução da cooperação económica da UE com a cooperação política na vertente de política externa.

Ana Paula Brandão acresce ainda às três categorias anteriores a importância da “autonomia do actor relativamente quer ao ambiente em que se situa, quer às unidades que dele fazem parte” (Brandão, 2010, p. 13). A percepção da UE como actor internacional pelas unidades que a compõem obriga, pela natureza da UE, a alguma coesão interna (Costa, Ferreira, Pereira, & Soares, 2009).

Apesar de alguma discussão politizada em torno da coesão interna obviamente que esta existe, em maior ou menor grau. A cláusula de atribuição de competências, artigo 5.º do Tratado da União Europeia (TUE), prevê que as competências da UE estejam delimitadas aquelas que lhe foram atribuídas pelos EM, sendo que o seu exercício é regido pelo princípio da subsidiariedade e proporcionalidade. O primeiro princípio operacionaliza-se pela possibilidade de a UE apresentar competências caso os objectivos a alcançar sejam melhor cumpridos pela acção desta do que pelos EM isoladamente (Soares, 2005).

Tem-se, desta forma, que o Conselho Europeu identifica os interesses estratégicos da União, o Conselho elabora a Política Externa e de Segurança Comum e o ARUNEPS executa-a, sendo que esta tem carácter genericamente global, conforme decorre do TUE. A agencialidade estratégica relativamente autónoma indica a necessidade de observar a UE para além dos conceitos vestefalianos no âmbito da sua acção externa. Mesmo que tenham sido os Estados-membros a potenciar este facto, distingue-se dos Estados “tendo uma capacidade de actuar individual e colectivamente, participando e influenciando relações

Políticas Internacionais de Combate ao Terrorismo

internacionais e gerando, ela própria, relações internacionais” (Brandão, 2010, p. 13).

Figura 3 – Missões da União Europeia

Missões da União Europeia		
<p>Desde 2003, a UE conduziu, ou conduz, 30 operações sob a égide da PCSD. 9 de cariz militar e as restantes civis. Actualmente, a UE conduz 16 missões no âmbito da PCSD (5 missões militares e 11 civis).</p>		
Missões Militares		Missões Civis
-	Médio oriente	<ul style="list-style-type: none"> • EUJUST LEX-Iraque (Iraque), Mar 05 - 31 Dez 13 • EUPOL - COPPS (Territórios ocupados da Palestina), Jan 06 - 30 Jun 15 • EUBAM Rafah (Territórios ocupados da Palestina) 25 Nov 05- 30 Jun 15
<ul style="list-style-type: none"> • CONCORDIA(Ex-República Jugoslava da Macedónia) Mar-Dez 03 • EUFOR ALTHEA (Bosnia e Herzegovina), Dez 04 - Nov 16 	Europa	<ul style="list-style-type: none"> • EUPOL Proxima (Ex- República Jugoslava da Macedónia), Dez 03 - Dez 05 • EUPAT (Ex- República Jugoslava da Macedónia) followed EUPOL Proxima, Dez 05 – Jun 06 EUPM BiH Bosnia and Herzegovina, 1 Jan 03 - 30 Jun 12 • EUJUST Themis (Georgia), Jul 04 - Jul 05 • EUPT Kosovo, Abr 06 - Fev 08 • EULEX Kosovo, 16 Fev 08 - 14 Jun 16 • EUMM Georgia, 01 Out 08 - 14 Dez 16 • EUMAM Ukraine, 2014 – 2016
-	Ásia	<ul style="list-style-type: none"> • AMM (Província de Aceh, Indonésia), Set 05 - Dez 06 • EUPOL AFGHANISTAN (Afganistão), 15 Jun 07 - 31 Dez 16
<ul style="list-style-type: none"> • ARTEMIS (RD Congo), Jun – Sep 03 • EUFOR RD Congo (Congo RDC), Jun – Nov 06 • EUFOR TCHAD/RCA (Chade – República Centro Africana), Jan 08 – Mar 09 • Operação ATALANTA (EUNAVFOR Operação de contra pirataria na costa da Somália) Dec 08 – Dec 16 • EUTM Somália (Missão de Treino, Somália), Apr 10 - Abril 16 • EUTM Mali (Missão de Treino, Mali), 18 Feb 13 - 18 May 16 • EUMAM RCA (República Centro Africana, África) March 2015 – March 2016 	África	<ul style="list-style-type: none"> • EUPOL Kinshasa (Congo RDC), Abr 05 - Jun 07 • EU SSR (Guine-Bissau), Jun 08 - Set 10 • AMIS 11 Support, Província de Darfur (Sudão), Jul 05 - Dez 07 • EUVASEC Sudão do Sul, Set 12 - Jan 14 • EUCAP NESTOR, Corno de África e Oceano Índico Ocidental, 01 Ago 12 – 12 Dez 16 • EUSEC RD Congo (RDC), Jun 05 - Jun 15. EUMS providencia um ponto de contacto para os assuntos relacionados com a execução do mandato. • EUPOL RD Congo (Congo RDC), 01 Jul 07 - 30 Set 14 • EUCAP Sahel Niger 16 Jul 14 - 15 Jul 16 • EUCAP Sahel Mali 2014 – 2016

Fonte: Adaptado de EUMS-EEAS (2015)

É notório que a presença da UE no mundo, como pode verificar-se na figura 3 pelo número, dispersão e natureza das missões, indica alguma capacidade material de acção. Contudo a sua capacidade de acção externa não deve ser confundida com a eficácia dessa acção, a qual não cabe ser avaliada nesta sede.

4.2.2. Políticas Europeias de Combate ao Terrorismo

No quadro da União Europeia pretende-se, sob a égide da Estratégia Europeia de Segurança e da Estratégia Antiterrorista da União Europeia, conforme compromisso estratégico desta última, “Combater o terrorismo em todo o mundo, no pleno respeito pelos direitos humanos, e

tornar a Europa mais segura, para que os seus cidadãos possam viver num espaço de liberdade, segurança e justiça” (Conselho da União Europeia, 2005, p. 6).

Existem diferentes molduras penais e organizacionais das estruturas de combate ao terrorismo dos Estados-Membros, mas os seus governos reconhecem que o espaço de livre circulação existente, abusivamente utilizado pelas organizações terroristas, não pode passar sem uma acção integrada e colectiva da Europa. Apesar do sentido global latente no compromisso estratégico “Europeans, however, generally do not support the idea of a ‘war on terror’, and tend to characterise the American approach as over reactive and militarily driven. Europeans worry greatly about terrorist bombings on their soil” (Keohane, 2005, p. 8), e os seus governos “generally agree that terrorism can only be defeated with a long-term political approach” (Keohane, 2005, p. 9). Contudo, surge da Estratégia Europeia de Segurança que a UE pretende assumir responsabilidade e contribuir para a segurança global (Conselho da União Europeia, 2003), actuando junto de Organizações Internacionais e regionais no sentido de promover normas internacionais de combate ao terrorismo, mantendo o diálogo com países terceiros e identificando como prioritários os países do Norte de Africa, do Médio Oriente e do Sudeste Asiático, “tendo em vista combater os factores que motivam a radicalização e os factores estruturais que estão na sua origem” (Conselho da União Europeia, 2005, p. 7).

Assim a Estratégia Antiterrorista da União Europeia assenta em quatro vertentes: prevenir, proteger, perseguir e responder. No âmbito da prevenção pretende-se “evitar o recurso ao terrorismo, combatendo os factores ou causas profundas que podem conduzir à radicalização e ao recrutamento, na Europa e no resto do mundo” (Tomé, 2006, p. 25), através de, por exemplo, identificação de comportamentos de risco, da criminalização do incitamento e do recrutamento, de, como grande parte

do terrorismo tem lugar nos meios de comunicação, “desenvolver uma estratégia de informação sobre as políticas da UE a nível dos *media* e da comunicação” (Conselho da União Europeia, 2005, p. 9), ou ainda, de acções para promover a boa governação, a democracia e o diálogo intercultural dentro e fora da UE, por exemplo através da política de vizinhança.

No âmbito da protecção a intenção é “proteger os cidadãos e as infra-estruturas e reduzir a vulnerabilidade a atentados, melhorando designadamente a segurança das fronteiras, dos transportes e das infra-estruturas essenciais” (Tomé, 2006, p. 25). Tem como medidas prioritárias nesse sentido, por exemplo, “desenvolver, através da FRONTEX, uma análise de risco eficaz nas fronteiras externas da EU” (Conselho da União Europeia, 2005, p. 11) e reforçar a protecção das fronteiras externas dificultando a entrada e movimentação de terroristas no interior da EU; implementar normas padronizadas concernentes à segurança da aviação civil e de segurança portuária e marítima no sentido de evitar atentados terroristas neste domínio; ou ainda, adoptar programas para protecção de infra-estruturas essenciais europeias (Conselho da União Europeia, 2005).

A vertente da perseguição, “talvez o mais abrangente, uma vez que procura evitar o planeamento de atentados terroristas, obstaculizar redes terroristas, impedir o financiamento e a obtenção de meios materiais para a execução de atentados, e entregar os suspeitos de terrorismo à justiça” (Seabra & Noivo, 2010, p. 44), apresenta como prioridades o reforço das capacidades dos mecanismos nacionais de luta contra o terrorismo, “recorrer à EUROPOL e EUROJUST, assim como continuar a integração das análises de risco do SitCen nas decisões políticas ao nível dos Estados-membros” (Seabra & Noivo, 2010, p. 44), trabalhar no sentido de impedir o financiamento do terrorismo; ou ainda,

o desenvolvimento de projectos de assistência técnica a países terceiros identificados como prioritários.

A estratégia inclui por último resposta, visando “preparar para gerir e minimizar as consequências dos atentados terroristas, tornando a União e os Estados-Membros mais capazes de fazer face à fase de rescaldo, à coordenação da resposta e às necessidades das vítimas” (Tomé, 2006, p. 25). Para isso define prioridades, como criar mecanismos de coordenação de resposta a crises com os respectivos procedimentos operacionais, e “desenvolver a análise de risco como base para a criação de capacidades de resposta a atentados” (Conselho da União Europeia, 2005, p. 16). Nesta vertente é também reconhecida a necessidade de providenciar auxílio aos cidadãos da UE em países terceiros, tal como, dar assistência a militares e civis que participem em missões de gestão de crises da UE (Conselho da União Europeia, 2005).

Não cabendo no objecto deste trabalho aferir da eficácia desta estratégia, “o que é preciso é que os Estados europeus implementem, verdadeiramente, os mecanismos, as medidas e as acções que criaram” (Tomé, 2006, p. 31).

4.2.3. Partilha de Informações na União Europeia

Pretende-se aqui identificar e compreender de onde surge a necessidade de partilha de informações e quais os mecanismos de partilha entre os Estados Membros. Antes de mais, torna-se importante nesta sede referir que a partilha de informações aqui prevista designa a cedência de informações produzidas pelo ciclo de informações de um Estado a outro Estado, ou à UE, e vice-versa. Também, as relações privilegiadas são importantes nesta matéria pela relevância que o critério de confidencialidade e confiança apresenta no domínio das informações no âmbito das relações entre serviços que trabalham informações.

Como especificado anteriormente existem alterações fulcrais no quadro securitário actual. Os Estados eram considerados como único actor que providenciava segurança e que ameaçava a paz, existindo uma clara separação de segurança interna e segurança externa. Com a proliferação de actores nas relações internacionais deu-se uma permeabilidade de fronteiras e, também, o esbatimento da separação interna e externa das ameaças pela ascensão de actores não estatais e novas formas de ameaças à segurança, aqui se inserindo o terrorismo. Assim, no “âmbito da União Europeia reforçar a segurança tem sido uma condição *sine qua non* do aprofundamento da liberdade. Essa circunstância permitiu já a adopção de medidas que se destinaram ao fortalecimento da cooperação policial e das agências de informações dos Estados-membros” (Feiteira, 2014, p. 157), no pressuposto de que os Estados-membros se devem preocupar com a segurança de toda a UE e não apenas com a sua.

A estratégia europeia de segurança reconhece que “uma análise comum das ameaças é a melhor base para uma actuação comum, o que exige uma melhor partilha de informações entre Estados-Membros e com os nossos parceiros” (Concelho da União Europeia, 2003, p. 12). É assim reconhecida a necessidade de partilha de informações e é no contexto dos actuais desafios securitários e suas características “que a partilha de informações estratégica e de segurança tem assumido um crescente protagonismo, em domínios como a prevenção e combate à ameaça terrorista, de origem islâmica, nacionalista, ou outra, ao crime organizado e às ciberaameaças” (Feiteira, 2014, p. 159).

Apesar do anterior, o Tratado da União Europeia no seu artigo 24.º refere que “A política externa e de segurança comum está sujeita a regras e procedimentos específicos. É definida e executada pelo Conselho Europeu e pelo Conselho, que deliberam por unanimidade, salvo disposição em contrário dos Tratados”. Mantém-se assim o método

intergovernamental na tomada de decisão, frisando desta forma o primado do Estado perante a União Europeia. Contudo, o Tratado da União Europeia prevê a possibilidade de, no domínio da segurança comum e no seio da União Europeia, serem realizados acordos multilaterais de cooperação que permitam a continuação de um trabalho de integração na justa medida em que seja difícil alcançar o consenso entre todos os Estado-membros.

Para a prossecução dos objectivos da UE no âmbito securitário e de condução da política externa é criado um Comité Permanente de Segurança Interna sob a alçada do Conselho na sua formação de Justiça e Assuntos Internos (Conselho JAI), conforme artigo 71.º do Tratado Sobre o Funcionamento da União Europeia (TFUE), e o Serviço Europeu de Acção Externa (SEAE) na directa dependência do cargo de Alto Representante da União para os Negócios Estrangeiros e Política de Segurança (ARUNEPS), de acordo com artigo 27.º do Tratado da União Europeia. O Comité Permanente de Segurança Interna tem como principais funções “facilitar, promover e reforçar a coordenação da acção operacional dos Estados-Membros no domínio da segurança interna. Esta função de coordenação será exercida, nomeadamente, nas áreas da cooperação policial e aduaneira, da protecção das fronteiras externas e da cooperação judiciária em matéria penal relevantes para a cooperação operacional no domínio da segurança interna” (Secretariado-Geral do Conselho da UE, 2009, p. 3). Já “nos termos do Tratado da União Europeia a partilha de informações estratégicas, no sentido de *intelligence*, é mediada pelo Serviço Europeu de Acção Externa (SEAE) organismo que assiste a Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança” (Feiteira, 2014, p. 159), sendo que a abrangência das funções deste organismo coincidem em boa medida com a abrangência das funções do ARUNEPS pois, de acordo com o n.º 3 do artigo 27.º do TUE, “no desempenho das suas funções, o

Alto Representante é apoiado por um serviço europeu para a ação externa”.

No entanto quanto à partilha de informações, como refere Alice Feiteira, “observa-se que a eficiência e eficácia das agências de informações se baseiam, em larga medida, no recurso à cooperação com outras entidades” (Feiteira, 2014, p. 162). Apesar do primado do Estado neste âmbito, as entidades pertencentes aos Estados-membros responsáveis pela segurança reconhecem o interesse e necessidade de colaboração, sendo referido pela mesma autora a existência no seio da União Europeia de um contexto de “inteligência cooperativa”, onde se desenvolve a cooperação entre serviços de informações no sentido de compreender os desafios à segurança dos Estados. (Feiteira, 2014).

Apesar da existência de mecanismos de partilha de informações, a operacionalização da cooperação entre estes serviços está bastante dependente da verificação dos princípios da confiança e voluntariedade. É o carácter de interesse estratégico nacional, que envolve a produção de informações, que justifica a possibilidade de o Estado-membro não querer disponibilizar as informações a outros. Assim, os Estados-Membros são completamente autónomos quanto à disponibilização de informações e “é pois no quadro de parâmetros de voluntariedade, reciprocidade e cooperação que se verifica o exercício de partilha de intelligence no âmbito da União Europeia” (Feiteira, 2014, p. 161) sendo que não estão sujeitos a qualquer penalização formal se não partilharem.

Face ao anterior importa referir que se está a operar num domínio complexo da soberania dos Estados. Existe assim a necessidade de equilibrar os interesses estratégicos nacionais e os interesses estratégicos da UE, tal como o contexto e evolução das ameaças a que Europa está exposta no sentido de aferir até que ponto se pretende partilhar informações com a comunidade, ou se se pretende cooperar ao nível bilateral e multilateral.

No entanto há a considerar que, ainda que não referindo a projecção externa dos interesses da UE e tendo apenas em vista as características das ameaças à União Europeia, é reconhecido que as estratégias de combate devem ser conceptualizadas e conduzidas de forma sinérgica.

4.2.4. Produção de Informações na União Europeia

É no âmbito do combate ao terrorismo, mas também pela relevância que a UE assumiu no mundo como referência global em vertentes como a defesa de valores democráticos ou direitos humanos, conduzindo uma agenda própria de política externa e de segurança, que se pretende compreender qual a pertinência da produção de informações ao nível da EU, e de forma independente dos Estados-membros, e quais as estruturas existentes para a produção de informações.

Como referido anteriormente, as informações constituem-se como um instrumento que permite adquirir um conhecimento sobre matérias de interesse político, sejam estratégicas ou de segurança, no sentido de apoiar a decisão no momento da formulação das políticas e na sua condução. O facto de a sua concepção ter sido forjada em contexto de realismo internacional poderá originar a ideia de que este é um serviço exclusivo dos Estados e para servir este modelo de organização política. Numa perspectiva realista das relações internacionais, apenas ao Estado, como único actor neste quadro, é admissível a persecução de interesses estratégicos, e apenas a este é imputada a responsabilidade de providenciar segurança (Graça, 2011; Santos & Ferreira, 2012; Brandão, 2010).

Surge que as alterações no sistema e na ordem internacional em conjunto com as características transnacionais das novas ameaças, em especial o terrorismo, originam uma maior coesão na UE, levando à

idealização de um combate às novas ameaças ao nível desta organização e não apenas ao nível dos Estados-membros de forma isolada. Como refere Ana Paula Brandão “o paradigma realista consagrou a segurança como um domínio reservado Estado e a separação entre segurança interna e segurança externa, institucionalizada na separação de competências desde o mais alto nível político até ao plano operacional. A mutação do ambiente de segurança evidenciou os limites do paradigma e do institucionalismo centrados no Estado” (Brandão, 2010, p. 9).

Pelo lado da política externa, onde pela sua extensão se insere o combate ao terrorismo, a União Europeia, de acordo com o n.º 1 do artigo 21.º do TUE, tem como “objetivo promover em todo o mundo: democracia, Estado de direito, universalidade e indivisibilidade dos direitos do Homem e das liberdades fundamentais, respeito pela dignidade humana, princípios da igualdade e solidariedade e respeito pelos princípios da Carta das Nações Unidas e do direito internacional. A União procura desenvolver relações e constituir parcerias com os países terceiros e com as organizações internacionais, regionais ou mundiais que partilhem dos princípios enunciados no primeiro parágrafo. Promove soluções multilaterais para os problemas comuns, particularmente no âmbito das Nações Unidas”.

Contudo há a considerar que também os Estado-membros têm responsabilidade no âmbito da acção externa da UE, e que a sua “principal finalidade, anteriormente sublinhada, resulta da garantia de defesa dos interesses nacionais. Ora, da conciliação desse objectivo com as finalidades de cooperação europeia é inegável que possam existir relações antinómicas e de que a prossecução de uma finalidade possa implicar a atrofia da outra” (Feiteira, 2014, p. 166).

Assim, a necessidade de segurança, incluindo o combate ao terrorismo, e a intenção de projecção da União Europeia no mundo; as

estratégias de segurança que incluem a projecção dos meios União Europeia através de missões de diversas naturezas; o reconhecimento dos Estados-membros de que a UE apresenta interesses estratégicos autónomos que são identificados pelas instituições desta; ou o reconhecimento por parte dos Estados terceiros da presença e capacidade da UE para actuar nas relações internacionais com propriedade, levam a considerar que pode existir pertinência na produção de informações autónomas ao nível da UE. Contudo, tendo em conta o ainda primado dos Estados nesta relação, a produção e integração de informações será tão extensa quanto maior o grau de exercício de competências que for atribuído ao método de decisão comunitário.

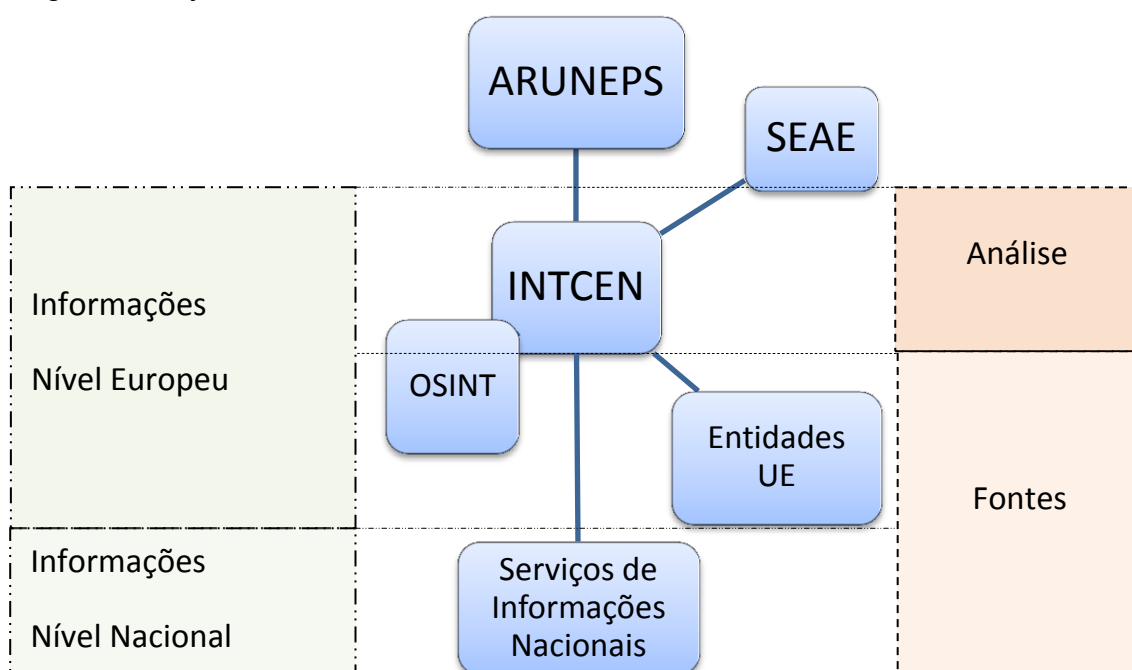
Quanto às estruturas de informações da União Europeia, é ao Centro de Análise de Informações da União Europeia (INTCEN), estrutura sucessora do European Union Situation Centre (EU SITCEN) com a alteração de nomenclatura em Março de 2012, que compete o domínio das informações. O EU SITCEN, uma vez que os diplomas não foram alterados, encontra-se por sua vez estabelecido no artigo 4.º da Decisão do Conselho 2010/427/EU de 26 de julho de 2010

A criação do INTCEN encontra-se directamente relacionada com a implementação da política europeia de segurança e defesa (PESD), da criação do cargo de Alto Representante, da implementação da capacidade de gestão de crises sob a égide da PESD e dos eventos do 11 de Setembro de 2001, fazendo perceber a necessidade de uma estrutura de informações que permitisse a análise de informação rigorosa e em tempo útil para a formulação política europeia.

Encontra-se na dependência do ARUNEPS e compete-lhe a providenciar análise estratégica, alerta precoce e relatórios de situação para o ARUNEPS e para o SEAE. As suas fontes constituem-se maioritariamente pelas informações cedidas voluntariamente pelos Estados-membros, sendo que não é uma agência operacional nem

apresenta qualquer capacidade de recolha, mas também se pode socorrer de fontes abertas, relatórios diplomáticos, missões da UE no âmbito da PESD e ainda do EU Satellite Centre (fig.4). (European External Action Service, 2015).

Figura 4 – Relações do INTCEN.



Fonte: Elaboração própria.

Este centro, face ao ciclo de produção de informações descrito na fase inicial deste trabalho, apresenta notórias limitações face à fase da pesquisa. Está assim vocacionado de momento para a gestão da partilha de informações providenciadas pelos serviços dos Estados-membros e para a análise de informações estratégicas dentro das limitações já reconhecidas. (European External Action Service, 2015).

A UE contempla também, sob a autoridade do ARUNEPS, o Estado-Maior da União Europeia que *“is the source of collective (multi-disciplinary) military expertise within the European External Action Service (...) output includes: early warning (via the Single Intelligence Analysis Capacity - SIAC), situation assessment, strategic planning”* (EUMS, 2014).

É a Direcção de Informações do Estado-Maior da União Europeia (EUMS) que tem a missão de *“to provide intelligence input to early warning and situation assessment. To contribute to the EUMS planning through the provision of intelligence and intelligence planning expertise. To provide the intelligence input to crisis response planning and assessment for operations and exercises”* (EUMS, 2015). Ocupa-se em grande medida das informações correntes de situações pertinentes e de planeamento de missões da UE.

No âmbito dos acordos Berlim Mais, é por esta via que é possível a utilização dos meios de planeamento da Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO). De acordo com Bernardo Pires de Lima “Estes acordos (...) assegurava à UE o acesso ao planeamento da NATO para as operações de gestão de crises lideradas pela União. Terceiro, a NATO disponibilizaria, entre outros aspectos, unidades de comunicação e infra-estruturas para operações lideradas pela UE. Quarto, o Deputy Supreme Allied Commander Europe (DSACEUR, NATO) é o comandante operacional e utiliza as capacidades de planeamento e de geração de forças no Supreme Headquarters Allied Powers Europe (SHAPE, NATO), enquanto o controlo político da operação continuaria com a UE” (Lima, 2009, p. 5)

Ainda que não seja uma estrutura de informações de cariz puramente estratégicas ou de segurança, mas sim de cariz militar, a sua capacidade e método de análise existe. À semelhança do INTCEN, está também dependente das capacidades e voluntariedade das estruturas dos Estados-membro ou da NATO, que por sua vez também está dependente dos primeiros para alimentação da sua estrutura de informações.

O Serviço Europeu de Polícia (EUROPOL) é criado pela Decisão do Conselho 2009/371/JAI de 06 de Abril de 2009, que atribui a este serviço o objectivo de, conforme artigo 3.º da mesma decisão, “apoiar e

reforçar a acção das autoridades competentes dos Estados-Membros e a sua cooperação mútua em matéria de prevenção e combate à criminalidade organizada, ao terrorismo e a outras formas graves de criminalidade que afectem dois ou mais Estados-Membros”.

Decorre do artigo 4.º da decisão acima, no âmbito das competências deste serviço que “Por recomendação do Conselho de Administração, o Conselho estabelece as prioridades para a Europol, tendo especialmente em conta as análises estratégicas e as avaliações da ameaça elaboradas pela Europol”; que é função deste serviço, de acordo com o artigo 5.º, n.º 1, alínea a), “to collect, store, process, analyse and exchange information and intelligence” e, de acordo com a alínea d), “to provide intelligence and analytical support to Member States in connection with major international events”¹. Este serviço publica anualmente o relatório da União Europeia da situação e tendência do Terrorismo, o TE-SAT.

Assim, sendo que as prioridades da EUROPOL são estabelecidas pelo Conselho mas tendo em conta as análises estratégicas deste serviço, estamos pois perante uma situação de apoio à decisão; nos artigos seguintes verifica-se a atribuição de competências de informações. Neste sentido estamos perante a análise de informações de segurança.

Contudo, a EUROPOL é um serviço de polícia e está por natureza direccionada de facto para o âmbito criminal e judiciário, apresentando estreita colaboração com as polícias e órgãos judiciais e menos com órgãos de decisão. Assim, ainda que apresente competências expressas no domínio das informações considera-se que a EUROPOL pode não ser reconhecida como um serviço de produção de informações da UE.

¹ A transcrição feita na língua inglesa tem a função de não permitir dúvidas que pudessem resultar da utilização do termo “informações”. A legislação em língua inglesa refere especificamente “intelligence”.

4.3. Políticas da NATO de Combate ao Terrorismo

Por último falta abordar a posição de combate ao terrorismo da NATO que, por ser uma organização política de segurança colectiva por excelência, apenas se fará referência à forma de combate ao terrorismo que pratica. Esta organização, no seu conceito estratégico, adoptado na cimeira de Lisboa de 2010, refere que “Terrorism poses a direct threat to the security of the citizens of NATO countries, and to international stability and prosperity more broadly. Extremist groups continue to spread to, and in, areas of strategic importance to the Alliance, and modern technology increases the threat and potential impact of terrorist attacks, in particular if terrorists were to acquire nuclear, chemical, biological or radiological capabilities” (North Atlantic Council, 2010).

No conceito militar da NATO para a defesa contra o terrorismo, aprovado na cimeira de Praga de 2002, cerca de um ano após o 11 de setembro de 2001, são identificadas no âmbito das operações militares cinco diferentes áreas de actuação para esta Organização: antiterrorismo, gestão das consequências de ataques, contra terrorismo, cooperação militar (International Military Staff, 2011) e, ainda, “sendo a Protecção da Força, essencial em cada uma das outras quatro” (Garcia F. P., 2008, p. 186).

As acções antiterroristas “are mainly defensive and aimed at lowering the degree of vulnerability and, if possible, thwarting any terrorist attack. These actions include those aimed at creating an intelligence community that shares information, using early warning systems to prevent attacks, deploying naval defence systems and the NATO Integrated Air Defence System (NATINADS), which even envisages the possibility of shooting down passenger aircraft in the event of being certain that it has been hijacked and will be used as an aircraft-missile, as on 9/11.” (Ballesteros, 2005, p. 3); A gestão de consequências refere-se

a medidas reactivas tendentes a minimizar os efeitos dos ataques terroristas. A aliança, reconhecendo que essa responsabilidade pertence às autoridades nacionais, pode providenciar apoio militar no âmbito do planeamento, geração de capacidades em curto espaço de tempo ou, consoante as necessidades, gestão de deslocados ou capacidade de resposta NBQR (International Military Staff, 2011); o contra terrorismo materializa-se “com acções tácticas de destruição das capacidades terroristas e daqueles que os apoiam, em qualquer localização geográfica” (Garcia F. P., 2008, p. 186). Além da capacidade destrutiva é vital para manter o apoio das populações a utilização de operações Psicológicas² e Operações de Informação³; e, por último, a cooperação militar que, pela natureza da ameaça, surge pela identificação de que esta não se combate apenas pela vertente militar, e que a “NATO must harmonise its procedures and efforts with civil authorities within nations in order to maximise its effectiveness against terrorism”, assim como refere o próprio conceito, as operações militares devem ser implementadas e coordenadas de forma coerente com vertentes como a diplomática, económica, social ou informacional (International Military Staff, 2011).

Esta súmula das posições da ONU, UE e da NATO serve para enquadrar o combate internacional ao terrorismo islâmico, e pretende ainda criar um quadro conceptual de referência que permita identificar de seguida a posição que Portugal ocupa neste processo de segurança internacional e qual a estratégia para o efeito.

² De acordo com a publicação NATO AJP-3.10.1(A), Operações Psicológicas são “Planned psychological activities using methods of communications and other means directed to approved audiences in order to influence perceptions, attitudes and behaviour, affecting the achievement of political and military objectives”.

³ De acordo com a publicação NATO AJP-3.10, Operações de Informação são “a military function to provide advice and coordination of military information activities in order to create desired effects on the will, understanding and capability of adversaries, potential adversaries and other NAC approved parties in support of Alliance mission objectives”.

5. Sistema Português de Combate ao Terrorismo

5.1. Política Portuguesa de Combate ao Terrorismo

No âmbito nacional, pela capacidade dos Estados de definir uma estratégia de combate ao terrorismo aliada à possibilidade de aplicação de medidas concretas ao criminoso relacionado com o terrorismo, pretendeu-se aqui dar uma perspectiva integrada do sistema de combate ao terrorismo estatal assente no caso português. Numa perspectiva de racionalização de meios e eficiência, a estratégia deve enquadrar-se no seguimento dos acordos internacionais sendo que, pela natureza difusa do terrorismo, “para elaborar essa estratégia precisamos de compreender o fenómeno terrorista” (Sampaio, 2006, p. 23).

Apesar de a Estratégia Nacional de Combate ao Terrorismo apenas ter sido aprovada em 2015, a verdade é que ao analisar-se os programas de governo desde 1999 e a legislação de âmbito securitário, verifica-se que o tema do terrorismo tem estado presente e tem alcançado cada vez mais espaço, provavelmente pela evolução dos ataques terroristas nos Estados Unidos e na Europa.

Assim, e de forma cronológica, o Programa do XIV Governo Constitucional (GC) de 1999 prevê que as áreas “relacionadas com a prevenção e o combate ao tráfico de drogas, à criminalidade internacional e ao terrorismo, serão igualmente objecto de cuidadoso acompanhamento nas instâncias multilaterais” (XIV Governo Constitucional, 1999, p. 113); o Programa do XV GC de 2002, fruto dos atentados nos Estados Unidos de 2001, identifica o “terrorismo e outras formas de criminalidade internacional, como uma ameaça real à segurança dos Estados” (XV Governo Constitucional, 2002, p. 12) e refere como medidas de combate à criminalidade organizada e ao terrorismo internacional a necessidade de “aperfeiçoar e intensificar, em

reciprocidade, a cooperação policial no âmbito do terceiro pilar da União Europeia – especialmente no quadro do novo Espaço Europeu de Liberdade, Segurança e Justiça” (XV Governo Constitucional, 2002, p. 31).

Analizando outro tipo de documento, o Conceito Estratégico de Defesa Nacional (CEDN) de 20 de Janeiro de 2003 menciona que “o terrorismo, nas suas variadas formas, constitui uma grave ameaça à segurança e estabilidade internacionais, ao sistema de Estados e à sua autoridade” (Conselho de Ministros, 2003, p. 284), refere que o Estado deve, por exemplo, colaborar com a comunidade internacional na prevenção do terrorismo, incluindo operações militares⁴; desenvolver todas as medidas políticas, diplomáticas, económicas, financeiras e judiciais que permitam erradicar as redes terroristas; reforçar o papel, a qualidade e a partilha de informações de carácter estratégico e operacional; valorizar o planeamento civil de emergência e contar com um sistema de gestão de crises, de modo a permitir aos órgãos de soberania mobilizar as reservas e as instituições necessárias para fazer face às consequências do terrorismo (Conselho de Ministros, 2003).

O Programa do XVI GC de 2004 reconhece as ameaças de carácter internacional e a necessidade de detecção atempada das mesmas, refere que é “necessário proceder a uma correcta ponderação do actual Sistema de Informação da República (SIRP) ” (XVI Governo Constitucional, 2004, p. 32), e dá continuidade a “aperfeiçoar e intensificar, em reciprocidade, a cooperação policial no âmbito do terceiro pilar da União Europeia – especialmente no quadro do novo Espaço Europeu de Liberdade, Segurança e Justiça – no combate à criminalidade e ao terrorismo internacional” (XVI Governo Constitucional, 2004, p. 32).

⁴ Note-se que 2003 foi o ano da ofensiva militar no Iraque sob a égide da doutrina da guerra ao terrorismo.

O Espaço das Informações no Combate ao Terrorismo

Verifica-se, a partir de 2005, um incremento na luta contra terrorista tanto de âmbito nacional como europeu, provavelmente relacionada com os ataques em Madrid em 2004. No âmbito do Programa do XVII GC de 2005, é referido o aperfeiçoamento do sistema integrado de investigação criminal, a criação de base de dados genéticas, e o reforço dos meios e programas de luta contra o terrorismo e crimes conexos. No ponto 8 - reforçar a cooperação internacional - é reconhecida a consciência de que a justiça se desenvolve no quadro da UE e que por isso seria “essencial adoptar e reforçar os mecanismos de cooperação jurídica e judiciária no seio do espaço de liberdade, segurança e justiça da União Europeia” (XVII Governo Constitucional, 2005, p. 143), atribuindo prioridade à luta contra o terrorismo, e ainda a necessidade de incluir países terceiros e instituições multilaterais e globais.

No mesmo programa é feita uma avaliação e o terrorismo é identificado como o último numa lista de seis ameaças, sendo privilegiadas medidas preventivas, ainda que se estabeleça a relação que pode advir entre o terrorismo e as ADM. É integrado pela primeira vez um ponto exclusivo cujo título é “Prevenir o Terrorismo”, onde se dá especial importância aos serviços de informações e aos órgãos de polícia criminal e à necessidade de colaboração efectiva entre estes.

Existe também a inovação de ligar as forças armadas ao combate ao terrorismo referindo-se que “As Forças Armadas deverão, igualmente, assumir a sua parte nas missões de luta contra o terrorismo transnacional em quadro legal próprio e em coordenação com os instrumentos internos para esse combate, nomeadamente as Forças e Serviços de Segurança.” (XVII Governo Constitucional, 2005, p. 160)

O Programa do XVIII GC de 2009, sendo uma reeleição do Governo anteriormente em funções, expõe unicamente, nas Medidas Legislativas e Operacionais de Prevenção e de Combate à

Criminalidade, que "Portugal continuará a participar no combate ao terrorismo, ampliando os mecanismos operacionais de cooperação bilateral e multilateral, com destaque para os de partilha da informação e de criação de equipas conjuntas de investigação" (XVIII Governo Constitucional, 2009, p. 109).

Verifica-se assim que, não existindo uma estratégia nacional de combate ao terrorismo dedicada, desde os atentados de 11 de Setembro de 2001 que ao combate ao terrorismo tem sido dada alguma importância em todos os documentos estratégicos com relevância securitária.

Analisa-se de seguida os documentos estratégicos actuais que orientam o combate ao terrorismo. Começando pelo Programa do XIX GC de 2011, este não se refere directamente ao terrorismo. Possivelmente o contexto económico em que Portugal se encontra e a inexistência de um ataque terrorista na Europa desde 2007, tal como, pelas medidas tomadas pelos governos anteriores, este programa de governo, no que à segurança diz respeito, refere em suma que “a coordenação, a cooperação, a partilha de informações e a articulação serão, neste domínio, as preocupações chave que nortearão a actuação do Governo” (XIX Governo Constitucional, 2011, p. 67). Vem também, nos objectivos estratégico da Política Externa, Desenvolvimento e Defesa Nacional, “afirmar a nossa lealdade à aliança atlântica, no compromisso pela segurança e estabilidade internacional, assim como a defesa perante as novas ameaças” (XIX Governo Constitucional, 2011, p. 101).

No documento Grandes Opções do Plano 2010-2013, de Janeiro de 2010, refere no âmbito do combate à corrupção (ponto I.5.2) que “serão aprofundados os meios concretos de cooperação em diferentes níveis, EUROJUST, EUROPOL e INTERPOL, dando-se particular importância à colaboração entre polícias no combate à criminalidade organizada, ao combate ao crime económico-financeiro, à corrupção, ao

terrorismo e ao seu financiamento” (Ministério das Finanças e da Administração Pública, 2010, p. 78), pondo-se em prática a troca dinâmica de informação judiciária e policial pelo recurso às novas tecnologias. É referida também a intenção de dinamizar a cooperação judicial e judiciária no âmbito da CPLP e dos países ibero-americanos e a “ampliação dos mecanismos operacionais de cooperação bilateral e multilateral, com destaque para os referentes à partilha da informação e à criação de equipas conjuntas de investigação, no âmbito da prevenção, da investigação criminal e do combate ao terrorismo.” (Ministério das Finanças e da Administração Pública, 2010, p. 79)

O CEDN de 2013 aponta o terrorismo como uma ameaça de natureza global que, contudo, apresenta potencial para afectar directamente a segurança portuguesa. É assim que, como documento estratégico multidisciplinar de referência no âmbito da segurança nacional, vem abordar linhas de acção no sentido de responder às diversas ameaças e riscos com que nos deparamos, incluindo o terrorismo. Neste sentido, de acordo com o CEDN de 2013, o Estado deve contribuir nas instâncias internacionais para prevenir o terrorismo e crimes transnacionais conexos; maximizar capacidades civis e militares no âmbito de gestão de crises; aprofundar a cooperação entre as Forças Armadas (FFAA) e as Forças e Serviços de Segurança (FSS); promover uma abordagem integrada e uma integração operativa da segurança interna, incluindo os diversos actores (informações, segurança pública, investigação criminal, serviços de estrangeiros e fronteiras e protecção civil). A acrescer ao anterior, “para responder eficazmente à ameaça das redes terroristas, Portugal deve desenvolver uma estratégia nacional e integrada que articule medidas diplomáticas, de controlo financeiro, judiciais, de informação pública e de informações policiais e militares” (Conselho de Ministros, 2013, p. 33), e desenvolver capacidades de reposta necessárias à mitigação de danos de ataques terroristas mais específicos como o NBQR (Conselho de Ministros, 2013).

Por último, aborda-se a Estratégia Nacional de Combate ao Terrorismo (ENCT) aprovada pela resolução do conselho de ministros n.º 7-A/2015 de 20 de Fevereiro. Esta reconhece o terrorismo como “uma das mais sérias ameaças à subsistência do espaço europeu de liberdade, de segurança e de justiça e do Estado de Direito democrático” (Conselho de Ministros, 2015, p. 1) e surge na sequência do ataque terrorista ao jornal Charlie Hebdo a 7 de Janeiro de 2015. Conceptualiza a luta contra este fenómeno numa perspectiva integrada na União Europeia, focando a necessidade de intensa cooperação transfronteiriça, realçando uma abordagem estratégica para questões migratórias, criminalidade organizada e gestão de crises. Assim, a ENCT é classificada como o instrumento primordial de luta contra o fenómeno e “representa um compromisso de mobilização, coordenação e cooperação de todas as estruturas nacionais com responsabilidade directa e indirecta no domínio do combate à ameaça terrorista” (Conselho de Ministros, 2015, p. 1).

A ENCT começa por definir o seu objecto como combate a todas as formas de terrorismo, reiterando que este será conduzido dentro dos limites impostos no respeito pelos direitos liberdades e garantias fundamentais dos cidadãos e na observância dos princípios da necessidade, adequação, proporcionalidade.

Reconhecendo a necessidade de alinhamento com União Europeia, são definidos cinco objectivos estratégicos: detectar, prevenir, perseguir, proteger e responder. Na tentativa de concretização dos objectivos estratégicos, a ENCT prevê linhas de acção no âmbito de cada objectivo estratégico (Conselho de Ministros, 2015).

A detecção assenta na ideia subjacente à frase inscrita na heráldica do Serviço de Informações Estratégicas de Defesa (SIED): “*adivinhar perigos e evitallos*”. Com o objectivo de identificar ameaças é dado o enfoque ao ciclo de informações e transmitida a ideia de que o

seu produto deve ser disponibilizado entre as entidades responsáveis neste âmbito. Esta ideia surge algo desafiadora do conceito clássico de soberania onde a tendência tradicional era a da protecção da informação como algo do domínio mais restrito da soberania dos Estados.

Pretende-se, conforme texto da ENCT, “i) Robustecer as estruturas responsáveis pela produção e coordenação e partilha de informações relevantes na identificação da ameaça terrorista; ii) Intensificar a cooperação, no plano operacional, entre todas as entidades competentes, explorando em toda a sua plenitude o potencial das tecnologias de informação e de comunicação; iii) Reforçar os meios de produção, tratamento e análise de informações; iv) Reforçar a eficiência na partilha da informação entre as forças e serviços de segurança ou outras entidades, no âmbito das respectivas competências, ao nível nacional, europeu e internacional; v) Reforçar os mecanismos adequados à cooperação institucional entre o Sistema de Informações da República Portuguesa e o Sistema de Segurança Interna, de modo a garantir a partilha de informação”. Contudo verifica-se que existe uma pretensão de fortalecer as fases do ciclo de informações com a excepção da fase de pesquisa. Surge que, sem o reforço desta fase em paralelo poderá a alimentação do ciclo ficar desequilibrada. No entanto, decorre na generalidade deste objectivo estratégico a ideia subjacente da eficiência na partilha de informação com entidades de referência no combate ao terrorismo, incluindo estrangeiras.

Com a prevenção pretende-se conhecer as raízes do terrorismo no sentido de tomar medidas que evitem o seu surgimento e expansão. As linhas orientadoras para prevenção preconizam a defesa dos valores democráticos e a adopção de um plano de acção de prevenção da radicalização e do recrutamento, no sentido de monitorizar as condições que levam à adesão a práticas terroristas; delinear estratégias de inclusão social para aqueles que pretendam sair do extremismo violento;

ou apostar na inclusão social envolvendo a sociedade civil na tentativa de reduzir os ideais radicais. Refere a prevenção do recrutamento virtual, consciencializando as pessoas e entidades para a segurança informática; a promoção da cidadania com acções tendentes à alteração de atitudes e comportamentos; promover o diálogo inter-religioso e intercultural, ou exercer vigilância virtual para defender a sociedade de conteúdos de apologia à violência e ao terrorismo. Ainda dentro deste elemento insere-se o fortalecimento dos instrumentos de luta contra o branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo.

O terceiro objectivo estratégico, o da protecção, integra as medidas mais directas de antiterrorismo. Remete para sistemas de controlo, de cooperação e coordenação relacionadas com fronteiras, partilha de informações, planos de acção no âmbito das infra-estruturas críticas, realçando a responsabilidade dos operadores nos planos de segurança, das FSS e da Autoridade Nacional de Protecção Civil (ANPC). Menciona a implementação do plano de acção nacional de protecção contra ciberameaças; intensificação da cooperação entre Autoridade Tributária (AT) e FSS no controlo de mercadorias; e, como inovação, tem-se o desenvolvimento de um plano de protecção das comunidades portuguesas e interesses nacionais no exterior;

As linhas orientadoras do objectivo estratégico perseguir traduzem-se em medidas de contra terrorismo como o reforço do meios das autoridades para reprimir actividades terroristas, reforço da colaboração entre responsáveis pela segurança nas ciberameaças; robustecimento e clarificação de acesso ao Sistema Integrado de Investigação Criminal e, ainda, o reforço da articulação entre autoridades judiciais, FSS, e entidades bancárias e financeiras no âmbito do financiamento do terrorismo.

Tendo já sido reconhecido na Estratégia Antiterrorista da União Europeia que “não é possível reduzir a zero o risco de atentados terroristas” (Conselho da União Europeia, 2005, p. 15), a ENCT, habilmente focando-se na sua gestão, prevê ainda o elemento responder. Este compreende medidas de minimização dos danos decorrentes de acções terroristas concretizadas através de um efectivo sistema de gestão de crises. Para isso foca-se na interoperabilidade entre possíveis actores envolvidos, com a realização de exercícios, na minimização de danos de ciberataques, na promoção de um plano de acção de comunicação envolvendo os *media* no sentido de um léxico comum, e, ainda, o desenvolvimento de medidas com foco na apoio às vítimas e testemunhas do terrorismo.

A competência de coordenação dos planos de acção e de cooperação internacional é atribuída inequivocamente à Unidade de Coordenação Antiterrorismo. Faz também referência às áreas de aprofundamento de relações entre as FFAA e as FSS. Em permanência, no que se refere aos mecanismos de cooperação das FFAA no âmbito da segurança interna (Conselho de Ministros, 2015), e no caso de agressão terrorista, faz-se de acordo com o Plano de Articulação Operacional (que se refere à coordenação e interoperabilidade) e de acordo com o Programa Nacional de Protecção de Infra-estruturas Críticas.

Inequivocamente é também referida a importância dos parceiros internacionais no âmbito desta estratégia, sendo que a “cooperação internacional e europeia assumem uma importância fundamental na perspectiva do desenvolvimento de acções conjuntas que canalizem esforços no combate ao terrorismo” (Conselho de Ministros, 2015, p. 3).

A ENCT atribui especial importância à partilha de informações, cooperação, coordenação e articulação entre os diversos tipos de actores envolvidos no combate ao terrorismo. Parece ser delineada para

ser interoperável com a Estratégia Antiterrorista da União Europeia, apresentando os mesmos elementos que esta com o acréscimo da detecção. Este surge pela ausência de meios próprios da União Europeia para a detecção, estando, por isso, parcialmente dependente dos Estados-Membros.

5.2. Enquadramento legal do Combate ao Terrorismo

Após a breve resenha das principais políticas de combate ao terrorismo que a Portugal directamente dizem respeito, pretende-se neste espaço abordar o regime jurídico português de combate ao terrorismo, incluindo os crimes conexos mais denunciados. Assim, abordar-se-á a Constituição da República Portuguesa (CRP), Convenções internacionais e demais legislação relevante, que diga respeito directamente à previsão do terrorismo mas, também, do tráfico de droga e armas, do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo, incluindo ainda uma consolidação acerca das entidades que legalmente estão investidas de competências no combate ao terrorismo.

No âmbito da Constituição da República Portuguesa apenas é reflectido o terrorismo no âmbito dos direitos, liberdades e garantias, reiterando a necessidade de acautelar que não são colocados em causa em virtude de uma securitização assente na ameaça terrorista, e no âmbito do funcionamento dos tribunais, pela gravidade do crime.

Assim, decorre do n.º3 do artigo 33.º que,

“A extradição de cidadãos portugueses do território nacional só é admitida, em condições de reciprocidade estabelecidas em convenção internacional, nos casos de terrorismo e de criminalidade internacional organizada, e desde que a ordem jurídica do Estado requisitante consagre garantias de um processo justo e equitativo”,

Do n.º 3 do artigo 34.º que,

”Ninguém pode entrar durante a noite no domicílio de qualquer pessoa sem o seu consentimento, salvo em situação de flagrante delito ou mediante autorização judicial em casos de criminalidade especialmente violenta ou altamente organizada, incluindo o terrorismo e o tráfico de pessoas, de armas e de estupefacientes, nos termos previstos na lei”,

E decorre do n.º 1 do artigo 207.º que,

“O júri, nos casos e com a composição que a lei fixar, intervém no julgamento dos crimes graves, salvo os de terrorismo e os de criminalidade altamente organizada, designadamente quando a acusação ou a defesa o requeiram”.

Estes números atribuem assim um lugar de destaque à especificidade do terrorismo uma vez que permitem diligências excepcionais, cumprindo os requisitos legais, como a extradição de cidadãos nacionais ou a violabilidade do domicílio. Contudo a sua leitura não deve ser feita de modo abusivo, mas sim com carácter de excepção para que não sejam ignorados os direitos fundamentais.

5.2.1. Das acções de terrorismo e de actividades relacionadas

No âmbito internacional existem diversas Convenções versando sobre actos de terrorismo ou sobre actos relacionados com esse fenómeno. Visam alguma sinergia entre os Estados Contratantes, nomeadamente quanto à definição dos crimes e ao compromisso de punição dos mesmos. Contudo, não cabendo directamente no âmbito desta pesquisa, far-se-á apenas breve referência a Convenções de especial importância:

- Convenção Internacional para a Eliminação do Financiamento do Terrorismo, adoptada em Nova Iorque a 9 de Dezembro de 1999;

- Convenção Internacional para a Repressão de Atentados Terroristas à Bomba, adoptada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 15 de Dezembro de 1997;
- Protocolo Adicional para a Supressão de Actos Ilícitos contra a Segurança das Plataformas Fixas Localizadas na Plataforma Continental, feito em Roma, a 10 de Março de 1988;
- Convenção para a Supressão de Actos Ilícitos contra a Segurança da Navegação Marítima, feita em Roma em 10 de Março de 1988;
- Protocolo para a Repressão de Actos Ilícitos de Violência nos Aeroportos ao Serviço da Aviação Civil Internacional, complementar em relação à Convenção de Montreal, feito em Montreal, a 24 de Fevereiro de 1988;
- Convenção sobre a Protecção Física dos Materiais Nucleares, adoptada em Viena em 3 de Março de 1980;
- Convenção Internacional contra a Tomada de Reféns, adoptada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 17 de Dezembro de 1979;
- Convenção sobre a Prevenção e Repressão de Infracções contra Pessoas Gozando de Protecção Internacional, Incluindo os Agentes Diplomáticos, adoptada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 14 de Dezembro de 1973;
- Convenção para a Repressão de Actos Ilícitos contra a Segurança da Aviação Civil, feita em Montreal em 23 de Setembro de 1971;
- Convenção para a Repressão da Captura Ilícita de Aeronaves, assinada em Haia, a 16 de Dezembro de 1970 (Convenção da Haia)
- Convenção Referente às Infracções e a Certos Outros Actos Cometidos a Bordo de Aeronaves, assinada em Tóquio, a 14 de Setembro de 1963 (Convenção de Tóquio)

Há a referir que, apesar do terrorismo ser unanimemente reconhecido como ameaça internacional, não existe ainda nenhuma Convenção internacional que o consiga definir, uma vez que os Estados

pela sua experiência têm diferentes percepções do fenómeno. (Matéria Penal | Nações Unidas e outras Organizações Internacionais, 2012)

No âmbito nacional, foca-se a Lei n.º 52/2003 de 22 de agosto (Lei de Combate ao Terrorismo) e subsequentes alterações, a Lei n.º 25/2008 de 5 de Junho (Lei de Combate ao Branqueamento de Capitais e do Financiamento do Terrorismo) e subsequentes alterações, no Código penal, a Lei n.º 5/2006 (Lei das Armas), o Decreto-lei n.º 15/93 com subsequentes alterações (Legislação de combate à droga), e o Código de Processo Penal.¹⁰

Decorre da Lei de Combate ao Terrorismo a definição jurídica, e respectiva punição, no 2.º ao 5.º artigo respectivamente, de “organizações terroristas”, “outras organizações terroristas”, “terrorismo” e “terrorismo Internacional”, apresentando “subjacente a ideia fulcral de que o fenómeno do terrorismo é transnacional” (Portela, 2009, p. 495).

O artigo 5.º-A refere-se à definição e punição do Financiamento do Terrorismo, o seu artigo 6.º estende a responsabilidade penal a pessoas colectivas em regime cumulativo às pessoas individuais, e o artigo 7.º determina que à aplicação da presente lei são aplicáveis, subsidiariamente, o Código Penal e legislação complementar. Pelo seu artigo 8.º que a lei é aplicável a factos cometidos fora do território nacional. Contudo é ainda previsto que, numa lógica de bem maior, e como incentivo ao abandono das actividades, as penas previstas serem alvo de atenuação, ou até não existirem, em caso de abandono da actividade ou colaboração, conforme decorre do n.º 5 do artigo 2.º, do n.º 2 do artigo 3.º, do n.º 6 do artigo 4.º, do n.º 2 do artigo 5.º, e do n.º 3 do artigo 5.º-A.

Assim “este diploma é o reflexo das determinações da Decisão quadro, quer na concepção do que se deve entender por organização terrorista, por terrorismo, quer por organizações equiparadas (próximas

das associações estruturadas), quer na previsão e punibilidade das pessoas colectivas que colaborem ou, através dos seus dirigentes ou seus funcionários, prossigam actos ou se organizam como terroristas, quer na própria especificação da atenuação ou isenção da pena para os designados “arrependidos”. (Portela, 2009, p. 496).

Refere André Inácio que “como sem fundos as células terroristas não subsistem, perdendo-se nomeadamente a operacionalidade, e porque esses fundos carecem de estruturas organizadas de angariamento, dissimulação, e distribuição” (Inácio, 2007, p. 7), existe a necessidade de prever a quebra de receitas a actividades terroristas.

Neste sentido, e ao analisar o Financial Action Task Force (FATF) Terrorism Financing Typologies Report, podemos verificar que “terrorist organisations may raise funds through: legitimate sources, including through abuse of charitable entities or legitimate businesses and self-financing, criminal activity, state sponsors and activities in failed states and other safe havens” (Financial Action Task Force, 2008, p. 11)

Cabendo o combate à angariação de verbas na vertente da prevenção da ENCT, podemos indicar que, no âmbito da prevenção das fontes legítimas, a Lei de Combate ao Branqueamento de Capitais e do Financiamento do Terrorismo (LCBCFT) pretende, de acordo com o seu artigo 1.º, estabelecer “medidas de natureza preventiva e repressiva de combate ao branqueamento de vantagens de proveniência ilícita e ao financiamento do terrorismo” e remete para a legislação aplicável a proibição e punição destes crimes de acordo com o n.º 2 do mesmo artigo.

Desta feita, não entrando numa análise exaustiva da LCBCFT, esta prevê no seu texto as entidades, financeiras e não financeiras, que estão sujeitas ao seu regime, secção II do capítulo I, incumbindo-lhes obrigatoriamente os deveres referidos no artigo 6.º a saber: dever de

identificação, de diligência, recusa, conservação, exame, comunicação, abstenção, colaboração, segredo, controlo e formação, deveres cujo conteúdo é operacionalizado nos artigos 7.º ao 22.º. Pautam-se por deveres diligenciais que obrigam os seus intervenientes a estar alerta para comportamentos suspeitos no âmbito das suas actividades e que apontem para os crimes em questão.

A LCBCFT vem assim atribuir responsabilidade a entidades financeiras e não financeiras, assim como a pessoas singulares cujos cargos desempenhados os coloquem em situação privilegiadas, para detecção dos crimes de branqueamento de capitais e de financiamento do terrorismo conforme n.º 1 do artigo 46.º, e prevê a punição para o incumprimento desses deveres, vindo ainda, pelo seu artigo 62.º, adicionar à Lei de Combate ao Terrorismo o crime de Financiamento do Terrorismo que se encontra previsto no artigo 5.º-A da Lei de Combate ao Terrorismo.

De seguida, e como o tema de financiamento do terrorismo é demasiado extenso para esta sede, abordar-se-á apenas as fontes criminosas do fenómeno, começando por referir que com a pressão internacional sobre os países que patrocina o terrorismo, “terrorist groups have turned to alternative sources of financing, including criminal activities such as arms trafficking, kidnap-for-ransom, extortion, racketeering and drug trafficking. [...] criminal activities terrorists are known to have engaged in, including selling narcotics, credit card fraud, cheque fraud and extortion” (Financial Action Task Force, 2008, p. 15). Para efeito de rigor no esclarecimento do enquadramento legal destes actos criminosos, utilizou-se o Código penal, a Lei n.º5/2006 (Lei das Armas), o Decreto-lei n.º 15/93 de 22 de Janeiro com subsequentes alterações (Legislação de combate à droga), e o Código de Processo Penal.

Assim, decorre do Código Penal (CP) o seguinte:

- Artigo 158.º n.º1, comete sequestro “Quem detiver, prender, mantiver presa ou detida outra pessoa ou de qualquer forma a privar da liberdade”;
- Artigo 160.º n.º 1, comete tráfico de pessoas “Quem oferecer, entregar, recrutar, aliciar, aceitar, transportar, alojar ou acolher pessoa para fins de exploração, incluindo a exploração sexual, a exploração do trabalho, a mendicidade, a escravidão, a extracção de órgãos ou a exploração de outras actividades criminosas”;
- Artigo 161.º n.º1, incorre em rapto, relevante para o financiamento do terrorismo, “Quem, por meio de violência, ameaça ou astúcia, raptar outra pessoa com a intenção de: a) Submeter a vítima a extorsão; [...] c) Obter resgate ou recompensa; ou d) Constranger a autoridade pública ou um terceiro a uma acção ou omissão, ou a suportar uma actividade”;
- Artigo 162.º n.º 1, por tomada de reféns “Quem, com intenção de realizar finalidades políticas, ideológicas, filosóficas ou confessionais, sequestrar ou raptar outra pessoa, ameaçando matá-la, infligir-lhe ofensas à integridade física graves ou mantê-la detida, visando desta forma constranger um Estado, uma organização internacional, uma pessoa colectiva, um agrupamento de pessoas ou uma pessoa singular a uma acção ou omissão, ou a suportar uma actividade”;
- Artigo 223.º n.º 1, por extorsão “Quem, com intenção de conseguir para si ou para terceiro enriquecimento ilegítimo, constranger outra pessoa, por meio de violência ou de ameaça com mal importante, a uma disposição patrimonial que acarrete, para ela ou para outrem”;
- Artigo 256.º n.º 1, por falsificação ou contrafacção de documentos “Quem, com intenção de causar prejuízo a outra pessoa ou ao Estado, de obter para si ou para outra pessoa benefício ilegítimo, ou de preparar, facilitar, executar ou encobrir outro crime: a)

Fabricar ou elaborar documento falso, ou qualquer dos componentes destinados a corporizá-lo; b) Falsificar ou alterar documento ou qualquer dos componentes que o integram; c) Abusar da assinatura de outra pessoa para falsificar ou contrafazer documento; d) Fizer constar falsamente de documento ou de qualquer dos seus componentes facto juridicamente relevante; e) Usar documento a que se referem as alíneas anteriores; ou f) Por qualquer meio, facultar ou detiver documento falsificado ou contrafeito”;

- Artigo 299.º n.º 1, por associação criminosa “Quem promover ou fundar grupo, organização ou associação cuja finalidade ou actividade seja dirigida à prática de um ou mais crimes”; artigo 368.º-A n.º 2 “Quem converter, transferir, auxiliar ou facilitar alguma operação de conversão ou transferência de vantagens⁵, obtidas por si ou por terceiro, directa ou indirectamente, com o fim de dissimular a sua origem ilícita, ou de evitar que o autor ou participante dessas infracções seja criminalmente perseguido ou submetido a uma reacção criminal”.

No âmbito da Lei das Armas decorre:

- Artigo 87º n.º1, a punição de tráfico e mediação de armas para “Quem, sem se encontrar autorizado, fora das condições legais ou em contrário das prescrições da autoridade competente, vender, ceder a qualquer título ou por qualquer meio distribuir, mediar uma transacção ou, com intenção de transmitir a sua detenção, posse ou propriedade, adoptar algum dos comportamentos previstos no

⁵ Cf. n.º 1 do art.368.º-A do Código Penal consideram-se vantagens “os bens provenientes da prática, sob qualquer forma de comparticipação, dos factos ilícitos típicos de lenocínio, abuso sexual de crianças ou de menores dependentes, extorsão, tráfico de estupefacientes e substâncias psicotrópicas, tráfico de armas, tráfico de órgãos ou tecidos humanos, tráfico de espécies protegidas, fraude fiscal, tráfico de influência, corrupção e demais infracções referidas no n.º 1 do artigo 1.º da Lei n.º 36/94, de 29 de Setembro, e dos factos ilícitos típicos puníveis com pena de prisão de duração mínima superior a seis meses ou de duração máxima superior a cinco anos, assim como os bens que com eles se obtenham”.

artigo anterior, envolvendo quaisquer equipamentos, meios militares e material de guerra, armas, engenhos, instrumentos, mecanismos, munições, substâncias ou produtos aí referidos”.

Da legislação de combate à droga surge:

- Do artigo 21.º n.º 1, a punição de tráfico e outras actividades ilícitas para “Quem, sem para tal se encontrar autorizado, cultivar, produzir, fabricar, extrair, preparar, oferecer, puser à venda, vender, distribuir, comprar, ceder ou por qualquer título receber, proporcionar a outrem, transportar, importar, exportar, fizer transitar ou ilicitamente detiver, fora dos casos previstos no artigo 40.º, plantas, substâncias ou preparações compreendidas nas tabelas I a III”; As tabelas referidas estão anexas da legislação de combate à droga.

No âmbito do Código de Processo Penal (CPP), artigo 1.º, considera-se:

- Terrorismo, alínea i), “as condutas que integram os crimes de organização terrorista, terrorismo, terrorismo internacional e financiamento do terrorismo”;
- Criminalidade altamente organizada, alínea m), “as condutas que integram crimes de associação criminosa, tráfico de pessoas, tráfico de armas, tráfico de estupefacientes ou de substâncias psicotrópicas, corrupção, tráfico de influência, participação económica em negócio ou branqueamento”.

Ainda que apenas estejam aqui elencadas as previsões jurídicas mais directas acerca das actividades que giram na esfera do terrorismo, outras mais poderão ser consideradas, carecendo de conceptualizações originais em casos concretos.

5.2.2. Dos actores de combate ao terrorismo e crimes conexos

O Espaço das Informações no Combate ao Terrorismo

Concretizada a sistematização jurídica dos crimes da esfera do terrorismo, cabe agora utilizar o mesmo processo para a sistematização jurídica dos actores de segurança que apresentam competências no seu combate. Neste sentido analisar-se-á a Lei n.º 53/2008 (Lei de Segurança Interna), as leis Orgânicas da FSS, as leis respeitantes ao Sistema de Informações da República e a Lei de Defesa Nacional.

A Lei de Segurança Interna, n.º 53/2008 de 29 de agosto, refere no âmbito do terrorismo, n.º 3 do artigo 1.º, que as medidas previstas na mesma “destinam-se, em especial, a proteger a vida e a integridade das pessoas, a paz pública e a ordem democrática, designadamente contra o terrorismo, a criminalidade violenta ou altamente organizada...” e refere que, pelos deveres gerais e especiais de colaboração do artigo 5.º n.º 3, “os funcionários, na acepção do Código Penal, e os militares têm o dever de comunicar prontamente às forças e aos serviços de segurança [...] factos que possam ser classificados como crimes de terrorismo...” estendendo assim a responsabilidade a pessoas singulares no âmbito do combate ao terrorismo. De forma menos directa também o faz, nos termos do n.º1 do artigo 5.º, à generalidade dos cidadãos referindo um dever geral de colaboração na segurança interna.

Contudo, sendo a segurança interna, de acordo com o n.º1 do artigo 1.º da lei anterior, uma “actividade desenvolvida pelo estado” retira-se como doutrina generalista que os principais actores no plano operacional são as FSS previstas no artigo 25.º da mesma Lei e ainda o SIED e as Forças Armadas. Os órgãos de cooperação e coordenação serão abordados em ponto seguinte.

Aborda-se de seguida a orgânica de cada actor para compreensão de quais as atribuições que podem relacionar-se com o combate às actividades da esfera do terrorismo.

A Guarda Nacional Republicana (GNR), pela Lei n.º 61/2007 de 6 de Novembro que aprova a orgânica da GNR, e a Polícia de Segurança Pública (PSP), pela Lei n.º 53/2007 de 31 de agosto que aprova a orgânica da PSP, apresentam diversas atribuições comuns neste âmbito. Decorre assim como competência da GNR, pelo artigo 3.º n.º 1 da respectiva Lei Orgânica, e como competência da PSP, pelo artigo 3.º n.º 2 da respectiva Lei Orgânica, pelas alíneas:

- d) Prevenir a prática dos demais actos contrários à lei e aos regulamentos;
- e) Desenvolver as acções de investigação criminal e contra-ordenacional que lhe sejam atribuídas por lei, delegadas pelas autoridades judiciárias ou solicitadas pelas autoridades administrativas;
- h) Participar no controlo da entrada e saída de pessoas e bens no território nacional;
- j) Manter a vigilância e a protecção de pontos sensíveis, nomeadamente infra-estruturas rodoviárias, ferroviárias, aeroportuárias e portuárias, edifícios públicos e outras instalações críticas;
- m) Prevenir e detectar situações de tráfico e consumo de estupefacientes ou outras substâncias proibidas, através da vigilância e do patrulhamento das zonas referenciadas como locais de tráfico ou de consumo;

Como atribuições diferenciadas da GNR compete-lhe pelo artigo 3.º:

- N.º1 alínea n) “Participar na fiscalização do uso e transporte de armas, munições e substâncias explosivas e equiparadas que não pertençam às demais forças e serviços de segurança ou às Forças Armadas, sem prejuízo das competências atribuídas a outras entidades;”; e

- N.º2 alínea d) “Prevenir e investigar as infracções tributárias, fiscais e aduaneiras, bem como fiscalizar e controlar a circulação de mercadorias sujeitas à acção tributária, fiscal ou aduaneira;”.

Como atribuições diferenciadas da PSP compete-lhe pelo artigo 3.º n.º3:

- Alínea a) “Licenciar, controlar e fiscalizar o fabrico, armazenamento, comercialização, uso e transporte de armas, munições e substâncias explosivas e equiparadas que não pertençam ou se destinem às Forças Armadas e demais forças e serviços de segurança, sem prejuízo das competências de fiscalização legalmente cometidas a outras entidades”; e
- Alínea c) “Garantir a segurança pessoal dos membros dos órgãos de soberania e de altas entidades nacionais ou estrangeiras, bem como de outros cidadãos, quando sujeitos a situação de ameaça relevante;”

Assim, ao analisar-se as atribuições da GNR e da PSP, verifica-se que apresentam, como forças de segurança de ordem pública por excelência, uma vertente generalista de fazer cumprir a lei em sentido lato, mas também vertentes que poderão estar directamente relacionadas com o fenómeno aqui em questão, nomeadamente: acções de investigação criminal, vigilância de pessoas e bens, detecção de tráfico de armas e droga e ainda fiscalização de controlo de mercadorias, bem como a protecção de órgãos de soberania.

No âmbito da Lei n.º49/2008, Lei Orgânica de Investigação Criminal (LOIC), incumbe à GNR e à PSP, pelo artigo 6.º, o princípio generalista de investigar criminalmente os crimes que não recaiam na competência de outros órgãos de Polícia Criminal (OPC).

Continuando na análise da LOIC depreende-se um papel primordial da Polícia Judiciária no âmbito da investigação criminal,

incumbindo-lhe a competência reservada de investigação, nomeadamente em crimes da esfera do terrorismo:

No âmbito do artigo 7.º n.º1:

- Alínea b) “Escravidão, sequestro, rapto e tomada de reféns”;
- Alínea e) “Captura ou atentado à segurança de transporte por ar, água, caminho-de-ferro ou de transporte rodoviário a que corresponda, em abstracto, pena igual ou superior a 8 anos de prisão”;
- Alínea g) “Associação criminosa”;
- Alínea h) “Contra a segurança do Estado, com excepção dos que respeitem ao processo eleitoral”;
- Alínea i) “Branqueamento”;
- Alínea j) “Tráfico de influência, corrupção, peculato e participação económica em negócio”;
- Alínea l) “Organizações terroristas e terrorismo”

No âmbito do artigo 7.º n.º3:

- Alínea e) “Falsificação ou contrafacção de cartas de condução, livretes e títulos de registo de propriedade de veículos automóveis e certificados de matrícula, de certificados de habilitações literárias e de documento de identificação ou de viagem”;
- Alínea f) “Incêndio, explosão, libertação de gases tóxicos ou asfixiantes ou substâncias radioactivas, desde que, em qualquer caso, o facto seja imputável a título de dolo”;
- Alínea h) “Executados com bombas, granadas, matérias ou engenhos explosivos, armas de fogo e objectos armadilhados, armas nucleares, químicas ou radioactivas”;
- Alínea i) “Relativos ao tráfico de estupefacientes e de substâncias psicotrópicas, tipificados nos artigos 21.º, 22.º, 23.º, 27.º e 28.º do Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de Janeiro, e dos demais previstos neste diploma que lhe sejam participados ou de que colha notícia”;

O Espaço das Informações no Combate ao Terrorismo

- Alínea l) “Informáticos e praticados com recurso a tecnologia informática”;
- Alínea m) “Tráfico e viciação de veículos e tráfico de armas”;

No âmbito do artigo 7.º n.º 4:

- Alínea a) “Tributários de valor superior a (euro) 500 000”;
- Alínea b) “Auxílio à imigração ilegal e associação de auxílio à imigração ilegal”;
- Alínea c) “Tráfico de pessoas”;
- Alínea d) “Falsificação ou contrafacção de documento de identificação ou de viagem, falsidade de testemunho, perícia, interpretação ou tradução, conexos com os crimes referidos nas alíneas b) e c)”;

No âmbito da estrutura da Polícia Judiciária, de acordo com o Decreto-lei n.º 42/2009 de 12 de Fevereiro, é a Unidade Nacional de Contra-Terrorismo que detém um papel primordial na prevenção, detecção e investigação deste fenómeno. Assim, a Polícia Judiciária apresenta um conjunto de atribuições de investigação criminal que muito directamente se relacionam com o terrorismo e, inclusive, o próprio terrorismo, deixando esta força numa posição de realce no sistema de combate ao terrorismo. Acresce ainda o facto de a LSI, pelo art. 27.º, vir atribuir à PJ a exclusividade da execução do controlo de comunicações, que se constitui como um instrumento fulcral de combate ao terrorismo na era de intensa comunicação e informação.

No concernente às atribuições do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) relevantes para o combate ao terrorismo, decorrem do Decreto-lei n.º 252/2000 de 16 de Outubro, de acordo com o artigo 2.º:

Referente ao plano interno, no número 1:

- Alínea a) “Vigiar e fiscalizar nos postos de fronteira, incluindo a zona internacional dos portos e aeroportos, a circulação de pessoas, podendo impedir o desembarque de passageiros e

tripulantes de embarcações e aeronaves indocumentados ou em situação irregular”;

- Alínea c) “Proceder ao controlo da circulação de pessoas nos postos de fronteira, impedindo a entrada ou saída do território nacional de pessoas que não satisfaçam os requisitos legais exigíveis para o efeito”;
- Alínea e) “Controlar e fiscalizar a permanência e actividades dos estrangeiros em todo o território nacional”;
- Alínea g) “Proceder à investigação dos crimes de auxílio à imigração ilegal, bem como investigar outros com ele conexos, sem prejuízo da competência de outras entidades”;
- Alínea q) “Assegurar a gestão e a comunicação de dados relativos à parte nacional do Sistema de Informação Schengen (NSIS) e, sem prejuízo das competências de outras entidades, de outros sistemas de informação comuns aos Estados membros da União Europeia no âmbito do controlo da circulação de pessoas, nomeadamente o Sistema de Informação de Vistos (VIS) e o Sistema de Informação Antecipada de Passageiros (APIS), bem como os relativos ao sistema de informação do passaporte electrónico português (SIPEP)”;
- Alínea v) “Assegurar o planeamento e a execução da assistência técnica necessária ao correto funcionamento dos centros de cooperação policial e aduaneira (CCPA) em matéria de sistemas de informação, plataformas digitais de trabalho e sistemas de comunicação”;

Referente ao plano internacional, número 2:

- Alínea c) “Assegurar, através de oficiais de ligação, os compromissos assumidos no âmbito da cooperação internacional nos termos legalmente previstos”;
- Alínea d) “Colaborar com os serviços similares estrangeiros, podendo estabelecer formas de cooperação.”;

O Espaço das Informações no Combate ao Terrorismo

Decorrem assim das atribuições do SEF competências que giram em torno do controlo de pessoas, investigação da imigração ilegal, e, ainda, gestão de bases de dados de pessoas, vistos e passaportes que podem contribuir para uma maior consciência das pessoas que se encontram no território português e europeu, e quais as suas origens.

Decorre ainda do texto do artigo 25.º da Lei de Segurança Interna que exerce também funções de segurança os órgãos da Autoridade Marítima Nacional (AMN). Ainda que por um lado seja algo intuitivo, pela designação de “polícia”, que no âmbito da AMN a vertente do terrorismo recaia na alçada da Polícia Marítima (PM), por outro lado, a previsão jurídica dessa competência poderá ser de mais difícil alcance do que nas outras FSS. Como foi referido, a Lei de Segurança Interna, no seu artigo 25.º n.º3 alínea a), refere que os órgãos da AMN também exercem funções de segurança. Decorre por sua vez do Decreto-lei n.º44/2002 de 2 de Março, no artigo 15.º n.º 1 que a PM é “dotada de competência especializada nas áreas e matérias legalmente atribuídas ao SAM e à AMN”, e que pelo n.º 4 do mesmo artigo é atribuído o estatuto de OPC. Seguidamente decorre do Decreto-lei n.º 43/2002 de 2 de Março, no seu artigo 6.º n.º2 alínea k) a atribuição ao Sistema de Autoridade Marítima (SAM) de “Prevenção e repressão da criminalidade, nomeadamente no que concerne ao combate ao narcotráfico, ao terrorismo e à pirataria”.

O referido anteriormente é o que se extrai das leis que regem as atribuições das FSS previstas no artigo 25.º da Lei de Segurança interna, com excepção do Serviço de Informações e Segurança. Contudo, o combate ao terrorismo não se esgota nestas entidades e, por isso, aborda-se ainda legislação referente ao SIS, SIED e às FFAA.

As FFAA no combate ao terrorismo ou aos crimes conexos surgem no quadro legal português no que toca ao plano interno, não de forma directa, mas pela possibilidade de cooperar com FSS. No plano internacional pela possibilidade de projecção de militares para missões

de segurança internacional, nomeadamente as tendentes à estabilização dos países afectados pelo terrorismo. Assim, decorre da Lei de Defesa Nacional, pelo seu artigo 24.º as seguintes missões das Forças Armadas com relevância para a esfera do terrorismo:

- N.º 1 alínea b) “Participar nas missões militares internacionais necessárias para assegurar os compromissos internacionais do Estado no âmbito militar, incluindo missões humanitárias e de paz assumidas pelas organizações internacionais de que Portugal faça parte”;
- N.º 1 alínea d) “Executar as acções de cooperação técnica-militar, no quadro das políticas nacionais de cooperação”;
- N.º 1 alínea e) “Cooperar com as forças e serviços de segurança tendo em vista o cumprimento conjugado das respectivas missões no combate a agressões ou ameaças transnacionais”;
- N.º 2 “As Forças Armadas podem ser empregues, nos termos da Constituição e da lei, quando se verifique o estado de sítio ou de emergência”.

As FFAA poderão assim ser incumbidas de missões, tanto no plano interno em cooperação com as FSS, como no plano internacional no âmbito dos compromissos internacionais ou por acordos bilaterais que tenham por objectivo, mais ou menos denunciado, o auxílio a Estados instáveis decorrentes, em todo ou em parte, da ameaça terrorista ou de actividades que com esta se relacionam.

No que concerne às informações, e por ser o centro de gravidade desta investigação, tentou perceber-se qual o espaço institucional que lhe está reservado no âmbito do combate ao terrorismo, considerando o enquadramento jurídico relevante para a temática, a posição relacional na estrutura, e as suas actividades neste âmbito.

No que concerne ao enquadramento jurídico, não se pretendendo que seja exaustivo, verifica-se, em primeiro lugar, que a CRP apenas refere as informações no âmbito das competências da Assembleia da República, preconizando o art. 164.º que “É da exclusiva competência da Assembleia da República legislar sobre as seguintes matérias: (...) Regime do sistema de informações da República e do segredo de Estado”, garantindo a aceitação da actividade de informações e colocando-a no patamar mais estrutural do Estado de Direito Democrático. Em segundo lugar, as actuais bases gerais do Sistema de Informações da República Portuguesa (SIRP) são estabelecidas na Lei n.º 30/84 de 5 de Setembro, alterada e republicada pela Lei Orgânica n.º 4/2004 de 6 de Novembro, designada por Lei-Quadro do SIRP (LQSIRP). Esta define a finalidade dos serviços de informações, de acordo com o seu art. 2.º, como “...a produção de informações necessárias à preservação da segurança interna e externa, bem como à independência e interesses nacionais e à unidade e integridade do Estado”. Contudo, de acordo com Gouveia (2007, p. 181), a sua actividade está limitada a alguns princípios a saber: *princípio da constitucionalidade e da legalidade, princípio da exclusividade, e princípio da especialidade* (Gouveia & Pereira, 2007).

A sua orgânica é concebida de forma articulada, estando prevista no capítulo III da LQSIRP, e contempla: o Conselho Superior de Informações (CSI), presidido pelo Primeiro-Ministro (PM), sendo o órgão interministerial de consulta e coordenação em matéria de informações; o Secretário-Geral do SIRP (SGSIRP), nomeado livremente pelo PM e de quem depende hierarquicamente, competindo-lhe a superior condução dos serviços de informações, sendo equiparado a Secretário de Estado; o Serviço de Informações Estratégicas de Defesa (SIED) e, ainda, o Serviço de Informações de Segurança (SIS), os quais se abordam à frente.

A fiscalização adquire a sua pertinência por ser o garante de que as actividades dos serviços de informações são realizadas dentro da legalidade, e que esta não é ultrapassada sob argumentos de securitização. É assegurada, de forma específica, pelo Conselho de Fiscalização do SIRP, conforme art. 8.º da LQSIRP, à qual compete o controlo do SIRP, e pela Comissão de Fiscalização de Dados do SIRP, conforme decorre do art. 26.º da LQSIRP, à qual compete fiscalizar a actividade dos centros de dados.

O regime jurídico aplicável ao SGSIRP, ao SIED e ao SIS é estabelecido na Lei n.º 9/2007 de 19 de Fevereiro, Lei Orgânica do SIRP (LOSIRP). O Serviço de Informações de Segurança surge no âmbito do terrorismo com um papel primordial pelo facto de, conforme n.º 3 do artigo 3.º da Lei n.º 9/2007 de 19 de Fevereiro, ser “o único organismo incumbido da produção de informações destinadas a garantir a segurança interna e necessárias a prevenir a sabotagem, o terrorismo, a espionagem e a prática de actos que, pela sua natureza, possam alterar ou destruir o Estado de direito constitucionalmente estabelecido”. Neste sentido cabe a este serviço, conforme art. 33.º do mesmo diploma, “promover, por forma sistemática, a pesquisa, a análise e o processamento de notícias e a difusão e arquivo das informações produzidas”.

Para o efeito, e de acordo com a página oficial do SIS, este serviço promove actividades de combate ao terrorismo que permitam: avaliar a ameaça e contribuir para reduzir o risco de atentados; produzir avaliações de ameaça que possam ser utilizadas no planeamento de medidas de segurança, reduzindo assim a vulnerabilidade face a atentados terroristas, em particular contra a infra-estrutura crítica; compreender o processo de radicalização e do recrutamento internacional no sentido da sua neutralização; monitorizar actividades de apoio logístico e financeiro a organizações terroristas que sejam

praticadas em território nacional; ou, ainda, detectar indícios de planeamento e de preparação de atentados terroristas, e de formação de células terroristas ou presença de elementos de grupos terroristas (SIS).

Assim, compete ao SIS, por um lado, a produção de informações que levem ao conhecimento dos decisores políticos as tendências de evolução do fenómeno terrorista apoiando-os no processo de decisão e, por outro, a produção de informações tático-operacionais que apoiem os restantes actores na condução das suas operações. Ainda, e sempre que detectem um ilícito criminal, devem comunicá-lo ao OPC competente para a sua investigação.

No caso do Serviço de Informações Estratégicas de Defesa, à semelhança do que sucede com o SIS⁶, a Lei n.º 9/2007 de 19 de Fevereiro, que aprova a orgânica do Secretário-geral do Sistema Informações da República Portuguesa, do SIS e do SIED, é pouco descritiva quanto às suas atribuições, pelo que se irá recorrer a alguma doutrina e a legislação de apoio para encontrar o combate ao terrorismo na letra da lei que confere as competências ao SIED.

De acordo com a Lei n.º 9/2007 de 19 de Fevereiro, artigo.º3 n.º2 compete ao SIED a “produção de informações que contribuam para a salvaguarda da independência nacional, dos interesses nacionais e da segurança externa do Estado Português”. Desta feita, o processo de globalização obriga a que diversos desses interesses apresentem um carácter externo e pode assim verificar-se, conforme decorre do CEDN 2013 Resolução do Conselho de Ministros n.º 19/2013, que no âmbito dos fundamentos da estratégia de segurança e defesa Nacional, “Os interesses de Portugal são: afirmar a sua presença no mundo [...] valorizar as comunidades portuguesas e contribuir para a promoção da paz e da segurança internacional” (Conselho de Ministros, 2013, p. 8)

⁶ Ainda que no caso do SIS a competência no âmbito do terrorismo decorra expressamente de Lei Orgânica.

sendo que, de acordo com Francisco Proença Garcia, o terrorismo se insere no âmbito das ameaças transnacionais (Garcia F. P., 2006). No que respeita à segurança externa, teremos que considerar quais as fronteiras externas de segurança para Portugal. No que concerne ao terrorismo torna-se preocupante o desenvolvimento do mesmo na região do Magreb e do Sahel, uma vez que a instabilidade destas regiões tem potencial para afectar, por exemplo, tanto o acesso português a fontes energéticas, tal como levar ao aumento da imigração ilegal para a Europa (Leal, 2011).

Para o efeito, e de acordo com a página oficial do SIED, este serviço promove actividades de combate ao terrorismo que permitam: “a avaliação da ameaça terrorista, a identificação de redes internacionais de crime organizado, nomeadamente as envolvidas em narcotráfico, facilitação da imigração ilegal e proliferação nuclear, biológica e química (NBQ)” (SIED); e, ainda, o alerta precoce de situações que possam comprometer os interesses nacionais.

No que concerne à posição das informações no âmbito do combate ao terrorismo verificou-se a sua presença na estrutura de segurança. Em primeiro lugar, e de forma generalista, destaca-se que a LOSIRP inclui no seu art. 10.º um especial dever de colaboração para com os serviços de informações por parte dos serviços da Administração Pública, central, regional e local, as associações e os institutos públicos, as empresas públicas ou empresas com capitais públicos e as concessionárias de serviços públicos, as FFAA e as FSS.

No âmbito da Lei de Segurança Interna, cujas medidas se destinam em especial, conforme art. 1.º, n.º 3, “a proteger a vida e a integridade das pessoas, a paz pública e a ordem democrática, designadamente contra o terrorismo, a criminalidade violenta ou altamente organizada...”, o SIRP encontra-se consagrado nos seguintes órgãos: no Conselho Superior de Segurança Interna (CSSI), através do

SGSIRP e dos directores do SIS e do SIED, conforme art. 12.º desse diploma; no Gabinete Coordenador de Segurança (GCS) com os mesmo representantes que no CSSI, conforme art. 21.º n. 2; no secretariado permanente do GCS com oficiais de ligação do SIS e do SIED, conforme art. 21.º n. 5; e, ainda, na Unidade de Coordenação Antiterrorismo integrando representantes do SGSIRP, e dos directores do SIS e do SIED, conforme art. 23.º. No âmbito do art. 25.º verifica-se também o reconhecimento específico do SIS no rol das FSS com funções de segurança interna.

Resulta assim do anterior uma presença efectiva do SIRP no âmbito da LSI. A presença do SGSIRP nos vários órgãos traduz a sua posição de condução superior da actividade de informações ligando-se directamente ao Sistema de Segurança Interna. O SIS ocupa uma posição proeminente, sendo considerado no rol de FSS uma vez que é órgão de informações vocacionado para a segurança interna. O SIED, embora não opere directamente na estrutura de segurança interna, surge nos órgãos consultivos e de coordenação como forma de integrar o seu produto na condução da segurança interna, tendo em conta a natureza externa de várias ameaças.

Da bibliografia consultada no âmbito das informações, verifica-se uma reduzida abordagem às informações militares. Estas são, no caso Português, desenvolvidas pelo Centro de Informações e Segurança Militares (CISMIL) sob a égide do Estado-Maior General das Forças Armadas. De acordo com o artigo 32.º do Decreto-Lei 184/2014 de 29 de dezembro, que estabelece a orgânica do Estado-Maior General das Forças Armadas, “1 — O CISMIL tem por missão assegurar a produção de informações necessárias ao cumprimento das missões das Forças Armadas e à garantia da segurança militar. 2 — Cabe ao CISMIL, no âmbito das suas atribuições específicas, promover, de forma sistemática,

a pesquisa, a análise e o processamento de notícias e a difusão e arquivo das informações produzidas (...).”

Numa primeira análise destas competências pode considerar-se que elas estão limitadas a uma componente militar. Contudo, deve considerar-se que a doutrina militar para intervenções e gestão de crises, principalmente no âmbito da NATO, assenta numa abordagem abrangente de actuação e, neste sentido, as informações necessárias ao seu planeamento e condução competente são de índole estratégica, política, militar, económica, social, infra-estrutural, informacional, geográfica entre outras. O conceito de abordagem abrangente traduz, de acordo com o conceito estratégico da NATO de 2010, o reconhecimento de que a gestão de crises competente envolve não apenas o empenhamento de instrumentos militares mas também o emprego coerente de instrumentos políticos e civis (North Atlantic Council, 2010).

Desta forma, considera-se nesta sede que, as informações a que os militares têm acesso no âmbito das suas funções e missões internacionais, a compreensão das dinâmicas e características das ameaças dos teatros de operações de combate ao terrorismo onde são projectados, podem contribuir como um instrumento importante para a compreensão adequada do fenómeno terrorista. Aparentemente as informações militares, no âmbito da comunidade de informações, encontram-se afastadas dos restantes serviços de informações portugueses, com excepção do mecanismo de fiscalização, não estando prevista juridicamente a colaboração entre o SIRP e o EMGFA à semelhança do que sucede entre o SSI e o EMGFA.

Retira-se deste capítulo que tem sido feito um esforço de previsão do combate ao terrorismo na legislação, acondicionando a evolução da ameaça terrorista nomeadamente no concernente à utilização de meios informático para a prossecução dos seus objectivos, e relacionando o terrorismo com outras formas de crime. Existem em Portugal diversos

actores envolvidos em acção directa contra o terrorismo, com competências diversas e que por vezes se sobrepõem, obrigando desta feita ao estabelecimento de procedimento e estruturas de coordenação e cooperação, tanto ao nível nacional como internacional, no sentido de criar sinergias de actuação entre os mesmos. No âmbito das informações existe um papel de relevo tendo em conta que, no que concerne ao combate ao terrorismo, lhes compete conhecer das actividades associadas a este fenómeno e actividades relacionadas, realizar estudos de informações incluindo a apresentação de possíveis cenários futuros, e que permita reduzir a incerteza dos decisores no combate ao fenómeno.

5.3. Coordenação entre Actores no Combate ao Terrorismo

O terrorismo, pela sua natureza, configura-se como um fenómeno sociológico de altíssima complexidade, que apenas se consegue gerir para níveis aceitáveis, sem entrar numa securitização forçada pelo Estado, através de uma estrutura dinâmica e fluída quanto aos meios estatais a empregar e uma política definida.

Verificando o número de atores que agem contra o terrorismo e a dificuldade de distinguir o crime organizado que apenas visa o lucro e o crime organizado que pretende financiar o terrorismo, a gestão do terrorismo obriga à existência de estruturas de coordenação e mecanismos de cooperação, principalmente na partilha de informações e com capacidade efectiva de dirigir a luta contra o terrorismo de forma integrada, sendo que a "importância da partilha de informações relativas ao terrorismo é, sem quaisquer dúvidas, muito relevante, mas o seu valor pode ser potenciado se integrado no âmbito da partilha de informações policiais e criminais entre as diversas forças e serviços de segurança e as suas congéneres europeias e mundiais" (Guedelha, 2013, p. 18).

O carácter transnacional é revelador da importância de uma cooperação reforçada ao nível internacional, que assegure uma coordenação de esforços entre os sistemas judiciais e de segurança nacional dos vários Estados, penalizando os comportamentos e criando condições para acções combinadas entre forças multinacionais.

Começando pelo plano interno, e ao nível ministerial, a Lei de Segurança Interna vem, no seu artigo 8.º, atribuir ao Governo a competência de conduzir a política de segurança interna (PSI), e ao Conselho de Ministros a definição das linhas gerais e as orientações de execução da mesma, competindo-lhe a aprovação do plano de coordenação, controlo e comando operacional da FSS, tal como, fixar as regras de classificação e controlo da circulação dos documentos oficiais, e de credenciação para acesso a documentos classificados.

A direcção da PSI está sob a responsabilidade do Primeiro-ministro, conforme artigo 9.º da Lei de Segurança Interna, competindo-lhe: informar o Presidente da República acerca da condução da mesma; propor o plano de coordenação, controlo e comando operacional das FSS; nomear e exonerar o Secretário-geral do Sistema de Segurança Interna (SGSSI) e o Secretário-geral-adjunto do Sistema de Segurança Interna (SGASSI). Compete-lhe, como possibilidade de delegação no Ministro da Administração Interna, convocar e presidir o Conselho Superior de Segurança Interna e dirigir actividade interministerial tendente à salvaguarda da segurança interna.

Quanto ao nível operacional, a Lei de Segurança Interna introduz, no seu artigo 6.º, uma norma generalista de coordenação e cooperação entre FSS, que atribui a responsabilidade de comunicar informação em matérias que possam ser necessárias às actividades dos outros numa acepção de cooperação conceptualmente quase voluntária de cada serviço.

A mesma lei atribui ao Secretário-geral do Sistema de Segurança Interna, no seu artigo 16.º, competência de coordenação referindo que “Compete ao Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna, no âmbito das suas competências de coordenação e através dos respectivos dirigentes máximos, a articulação das forças e dos serviços de segurança”, decorrendo assim uma coordenação de nível directoral; prevê, no artigo 17.º, a competência de direcção pela qual “tem poderes de organização e gestão administrativa, logística e operacional dos serviços, sistemas, meios tecnológicos e outros recursos comuns das forças e dos serviços de segurança; prevê, no seu artigo 18.º, competência de controlo tendo “poderes de articulação das forças e dos serviços de segurança no desempenho de missões ou tarefas específicas, limitadas pela sua natureza, tempo ou espaço, que impliquem uma actuação conjunta, de acordo com o plano de coordenação, controlo e comando operacional das forças e dos serviços de segurança”; e prevê, no âmbito do artigo 19.º, a competência de comando operacional em situações extraordinárias que lhe atribui “poderes de planeamento e atribuição de missões ou tarefas que requeiram a intervenção conjugada de diferentes forças e serviços de segurança e de controlo da respectiva execução, de acordo com o plano de coordenação, controlo e comando operacional das forças e dos serviços de segurança”.

Para efeito de acção judicial dos crimes previstos no capítulo anterior, de acordo com a Lei n.º49/2008 de 27 de Agosto (LOIC) artigo 2.º, “a direcção da investigação cabe à autoridade judiciária em cada fase do processo” sendo assistida pelos OPC. Estes, de acordo com o artigo 10.º n.º1, têm o dever de cooperar mutuamente no exercício das suas atribuições, sendo esta garantida, de acordo com o artigo 11.º, por um sistema integrado de informação criminal (SIIC) de partilha de informações entre OPC cujo acesso é regulado por níveis de acesso.

A coordenação dos OPC está prevista no capítulo III da LOIC e, de acordo com o artigo 14.º, compete ao Conselho Coordenador “dar orientações genéricas para assegurar a articulação entre os órgãos de polícia criminal” e “definir metodologias de trabalho e acções de gestão que favoreçam uma melhor coordenação e mais eficaz acção dos órgãos de polícia criminal nos diversos níveis hierárquicos”. De acordo com o n.º1 do artigo 15.º da mesma Lei é inequívoco que compete ao SGSSI a coordenação entre os OPC. Pelo n.º 2 do mesmo artigo o SGSSI vela pela repartição de competências de forma a evitar conflitos e garante o funcionamento e o acesso dos OPC ao SIIC.

No âmbito do SIRP, de acordo com o artigo 19.º n.º 3 alínea a) da Lei-quadro do Sistema de Informações da República Portuguesa, compete ao Secretário-geral do Sistema de Informações da República Portuguesa (SGSIRP) “conduzir superiormente, através dos respetivos diretores, a atividade do Serviço de Informações Estratégicas de Defesa e do Serviço de Informações de Segurança e exercer a sua inspeção, superintendência e coordenação, em ordem a assegurar a efetiva prossecução das suas finalidades institucionais”. O Primeiro-ministro apresenta também competências de coordenação pois, de acordo com o n.º 5 alínea a) do artigo 18.º da mesma Lei, compete ao Conselho Superior de Informações “aconselhar e coadjuvar o Primeiro-Ministro na coordenação dos serviços de informações”.

Contudo, a natureza específica do terrorismo como ameaça imprevisível e interdependente com outras, obriga a que exista uma partilha de informação célere e constante, devendo cultivar-se um espírito de ligação e cooperação efectiva, nacional e internacional, entre estruturas e entre os profissionais das estruturas, de forma mais ou menos burocrática, conferindo uma fluidez ao sistema que permita vantagens competitivas em relação aos terroristas. (Deflem, 2007)

É neste sentido que a ENCT vem inequivocamente, no seu ponto 5, atribuir à Unidade de Coordenação Antiterrorista (UCAT) a responsabilidade de coordenar todos os planos e acções que dela decorrem. Pode verificar-se assim que foi vertida nesta estratégia uma preocupação de coordenação efectiva, a qual não se retira da Lei de Segurança Interna que, no seu artigo 23.º n.º 2, refere que “Compete à Unidade de Coordenação Antiterrorismo garantir a coordenação e a partilha de informação, no âmbito do combate ao terrorismo, entre os serviços que a integram”.

Assim, a UCAT vê alargado o seu conteúdo de apenas “garantir a coordenação e partilha de informação” para incluir a responsabilidade de “coordenação dos planos e das acções previstas” nos objectivos estratégico e linhas de acção da ENCT, incorporando a articulação e coordenação da rede de pontos de contacto no plano internacional. Esta extensão de competências coloca-a numa posição de centralidade e relevância nacional no âmbito do combate ao terrorismo, uma vez que os objectivos estratégicos definidos na ENCT e as linhas de acção para os concretizar pressupõe o envolvimento de diversos actores de combate ao terrorismo, tanto no âmbito do Sistema de Segurança Interna, do Sistema de Integrado de Operações de Socorro e Protecção Civil, do Sistema de Informações da República Portuguesa, ou, ainda, com os operadores privados no âmbito da protecção de infra-estruturas críticas. Inclui-se também a sociedade civil para realização de planos de inclusão e estratégias de saída da actividade terrorista.

6. Conclusões

No âmbito internacional, podemos concluir que as posições de combate ao terrorismo da ONU e da UE apresentam tendências diferenciadas da posição da NATO, pelas diferentes naturezas que as organizações apresentam. Enquanto as primeiras apresentam fins gerais e tendem a procurar uma resolução de fundo através de programas, por exemplo, de desenvolvimento humano, a NATO, como apresenta apenas fins securitários, pretende minimizar danos e contrariar as intenções dos terroristas. Contudo existem também diferenças entre a ONU e a UE. A ONU com a sua globalidade e ausência de território, preconiza medidas estruturais como a resolução e a prevenção de conflitos, diálogos interculturais e a implementação de programas de assistência técnica para países que deles precisem e, ainda, a promoção do respeito pelos direitos humanos, organizando a sua estratégia em quatro linhas: medidas destinadas às condições que conduzem à proliferação do terrorismo; medidas para prevenção e para combater o terrorismo; medidas de capacitação de Estados para prevenir e combater o terrorismo e fortalecer o papel da ONU; e medidas para garantir o respeito pelos direitos humanos e pelo Estado de Direito. A UE, visando a defesa do território dos Estados-Membro e a manutenção do modo de vida europeu, contempla já medidas não só de desenvolvimento de países mais propícios ao desenvolvimento de organizações terroristas, mas também medidas combate directo ao terrorismo apoiadas pela acção diplomática e económica, organizando-se a sua estratégia em prevenir, proteger, perseguir e responder. A NATO conceptualiza a sua estratégia em acções antiterroristas, gestão de consequências, contra terrorismo e cooperação militar.

Ao nível nacional, a ENCT parece conceptualizar-se numa abordagem abrangente do fenómeno e assenta nas vertentes de

detecção, prevenção, protecção, perseguição e resposta. Em grande medida realça a o papel das informações e a sua partilha, cooperação, coordenação e articulação entre os diversos tipos de actores envolvidos no combate ao terrorismo, como sejam, FSS, FFAA, entidades bancárias e financeiras, Autoridade Tributária, ANPC ou órgãos de gestão de crises e controlo de fronteiras. As medidas são ainda potenciadas de forma exponencial por preconizarem o envolvimento de entidades estrangeiras e por incluírem a sociedade civil nas estratégias de saída de actividades terroristas e pelas estratégias de inclusão social.

Verifica-se uma tendência na estratégia de antecipação em relação aos fenómenos terroristas, através de detecção precoce de actividades terroristas assente nas informações, de prevenção de adesão aos ideais radicais por parte dos cidadãos, e de protecção com planos tendentes à dissuasão e defesa de ataques. Contudo, numa componente ofensiva, surge a iniciativa na perseguição com o reforço das autoridades nesta matéria e a preparação de respostas a ataques perpetrados.

Quanto ao quadro legal dos crimes de terrorismo e dos crimes potencialmente conexos ao terrorismo, tem sido feito um esforço para a sua previsão em documentos próprios que reflectam a evolução das realidades na acepção de que os crimes não estão isolados mas que poderão interrelacionar-se. Verifica-se assim uma adequabilidade da previsão dos crimes considerando o enquadramento internacional dos mesmos, uma atenção especial ao financiamento do terrorismo, e uma ideia de relacionamento entre crimes assentes na criminalidade altamente organizada. Quanto aos actores de combate ao terrorismo pode salientar-se a competência da PJ e do SIS, com atribuições específicas neste âmbito decorrentes da legislação observada, sendo que as outras FSS, o SIED e as FFAA também apresentam competências neste âmbito. Ainda, a Lei de Segurança Interna vem determinar um dever generalizado de colaboração na segurança interna.

Conclusões

No concernente à coordenação das FSS, a responsabilidade reside no SGSSI que apresenta competências de coordenação, controlo, direcção e comando operacional em situações específicas, fazendo também a ligação ao Chefe de Estado-Maior das Forças Armadas em caso de necessidade destas intervirem. No âmbito da investigação criminal foca-se a direcção das autoridades judiciais e o recurso ao SIIC para partilha de informação criminal entre OPC, ainda que a coordenação caiba ao SGSSI. No âmbito da produção de informações a coordenação recai na alçada do SGSIRP sem prejuízo das competências próprias do Primeiro-Ministro.

Contudo, a ENCT vem atribuir um papel preponderante na coordenação do combate ao terrorismo à Unidade de Coordenação Antiterrorista com vista à operacionalização dos objectivos estratégicos, nomeadamente na coordenação dos planos e das acções que a mesma preconiza, e que envolvem necessariamente todos os actores com competência no combate ao terrorismo.

No âmbito das informações, o seu desenvolvimento e estudo académico encontra-se de certa forma condicionado pela natureza restrita da realidade factual pois as suas actividades são por regra do domínio do segredo de Estado. Neste sentido existe alguma dificuldade na sua teorização que tende a ser ultrapassada tanto com a crescente descrição por parte dos profissionais da área, como da desclassificação de diversos documentos tornando-se assim acessíveis aos investigadores. No concernente à classificação das informações verifica-se a existência de diversas propostas em critérios que têm por base a funcionalidade das estruturas que assim as classificam.

O valor das informações é traduzido à partida no âmbito dos processos de tomada de decisão, conferindo vantagens competitivas ao seu detentor. Assim, as informações são consideradas como um

instrumento de domínio reservado dos decisores de uma organização política, tradicionalmente Estado.

Quanto ao espaço das informações no âmbito da União Europeia, verifica-se uma lenta, mas crescente, integração na partilha entre a UE e entre os Estados-membros, decorrente da evolução dos princípios e da ordem que regulam o sistema internacional. Também a natureza das ameaças, as suas características e capacidade levam os Estados a considerar que o seu combate será melhor atingido de forma sinérgica do que em isolamento. É assim este reconhecimento de interesses comuns que origina uma maior cooperação entre Estados no domínio das informações. Também o interesse de projecção da União Europeia, que decorre do Tratado da União Europeia, leva a que os Estados estejam lentamente mais disponíveis para a partilha e produção de informações. Ainda, o aumento das missões da União Europeia em países terceiros numa lógica de estabilização que provoque constrangimento à proliferação terrorista, no âmbito da Política Externa e de Segurança Comum, obriga a esta partilha para efeitos de planeamento.

É também no âmbito das missões de intervenção que a UE pretenda desenvolver em autonomia da NATO que, através dos acordos *Berlim Plus*, lhe é conferida a possibilidade de utilização da estrutura da NATO de planeamento e de comando e controlo, a qual implica necessariamente a componente de informações da NATO.

A partilha e produção de informações são assim realizadas tanto em quadros de cooperação, bilaterais ou multilaterais entre os Estados-membros, como no quadro das instituições da própria União Europeia, estando assim a cargo do INTCEN a gestão dessa partilha e da produção no âmbito das informações estratégicas.

Há a reconhecer que as informações são vertidas ao nível dos principais documentos de Política Externa e de Segurança Comum, tal

Conclusões

como nas principais estratégias relacionadas com a segurança da União Europeia, sendo criadas estruturas para esse efeito como o Comité Permanente de Segurança Interna e o Serviço Europeu de Acção Externa.

Verifica-se no entanto que, uma vez que as informações são um instrumento considerado imprescindível na decisão política que pode providenciar vantagens competitivas aos Estados, e que apesar dos interesses comuns os Estados têm entre si interesses antagónicos, não existe disponibilidade destes para atribuir à União Europeia o exercício de competências autónomas nesta área, mantendo-se assim na esfera intergovernamental. Assim, a partilha de informações está dependente do critério de cooperação e voluntariedade dos Estados-membros em ceder os seus produtos.

Contudo, a crescente importância da União Europeia no mundo, reconhecida pelo Estados-membros, como se verifica nos pequenos passos introduzidos na evolução dos Tratados, por Estados terceiros e por organizações internacionais, tal como, pela sua capacidade relativamente autónoma para definir e conduzir a sua Política Externa e de Segurança Comum, e pela capacidade factual de ser actor nas relações internacionais, não se coaduna com o critério de voluntariedade dos Estados para fornecer informações uma vez que poderá existir conflito de interesses entre os Estados e a União Europeia. Ainda que exista uma capacidade instalada de produção de informações com o INTCEN, o EUMS, e, em certa medida, a EUROPOL, essa produção de informações está condicionada pela impossibilidade de recolha destas entidades, ficando sujeitas de alguma forma à informação e às informações que os Estado-membros pretendem ceder à União Europeia dentro dos seus interesses próprios.

Ao nível nacional, verifica-se que as informações são recorrentemente referenciadas em todos os documentos que relevam no

combate ao terrorismo, desde os programas de governo que referem que o combate ao terrorismo deve ser particularmente prevenido através da cooperação e partilha de informações, admitindo inclusive a partilha internacional, passando pelo Conceito Estratégico de Defesa Nacional e, também, pela recente Estratégia Nacional de Combate ao Terrorismo que refere especificamente a importância das informações para as vertentes da estratégia. A sua prática recai determinantemente nas competências do Serviço de Informações e Segurança, mas também na alçada do Serviço de Informações Estratégicas de Defesa.

Verifica-se no entanto que as informações militares, desenvolvidas pelo Centro de Informações e Segurança Militar do Estado-Maior-General das Forças Armadas, tendem a ser deixadas para um plano secundário no âmbito do combate ao terrorismo. Contudo, o seu empenhamento nos teatros de operações internacionais relacionados com o combate ao terrorismo, e o próximo e intenso contacto com as entidades de informações civis e militares de outros países no quadro de relações bilaterais e da NATO, levam a considerar que poderá existir alguma vantagem numa estreita colaboração entre os Serviços do Sistema de Informações da República Portuguesa e o Centro de Informações e Segurança Militar.

Em suma, verifica-se que em qualquer das organizações que pretendem combater o terrorismo, existe uma tendência para salientar a importância das informações no sentido de conhecer e apoiar o decisor contra uma ameaça com características tão abrangentes e dissimulada entre os cidadãos, sem comprometer os direitos fundamentais. Também as informações adquirem um espaço privilegiado aquando da decisão de projecção de forças militares para missões em territórios estrangeiros de combate ao terrorismo, e no planeamento das mesmas, tendo em consideração a carga político-estratégica inerente a estas.

Bibliografia

- 1540 Committee | United Nations. (2015). *United Nations Security Council Resolution 1540 (2004)*. Acedido a 27 de Setembro de 2015, em 1540 Committee: <http://www.un.org/en/sc/1540/index.shtml>
- Matéria Penal | Nações Unidas e outras Organizações Internacionais*. (2012). Acedido em 25 de Fevereiro de 2015, em Gabinete de Documentação e Direito Comparado: <http://www.gddc.pt/cooperacao/materia-penal/mpenal-onu.html>
- Annan, K. (2005). *Secretary- General Offers Global Strategy for Fighting Terrorism, in address to Madrid Summit*. Acedido a 19 de Fevereiro de 2015, em United Nations: <http://www.un.org/press/en/2005/sgsm9757.doc.htm>
- Ballesteros, M. Á. (2005). *NATO's Role in the Fight Against International Terrorism*. Acedido a 19 de Fevereiro de 2015, em Real Instituto Elcano: <http://www.realinstitutoelcano.org/analisis/853/Ballesteros853.pdf>
- Brandão, A. P. (2010). Security Actorness Europeia e Terrorismo Trannacional. In A. P. Brandão, *A União Europeia e o Terrorismo Transnacional* (pp. 9-42). Coimbra: Almedina.
- Bretherton, C., & Vogler, J. (1999). *The European Union as a global actor*. Londres: Routledge.
- Campos, J. M., Campos, J. L., & Pereira, A. P. (2014). *Manual de Direito Europeu*. Coimbra: Coimbra Editora.
- Cardoso, P. (2004). *A Informações em Portugal*. Lisboa: Gradiva/Instituto de Defesa Nacional.
- Carvalho, J. S. (2006). Segurança Nacional e Informações. *Segurança e Defesa*, 98-101.
- Carvalho, J. S. (2009). *Segurança Nacional, Serviços de Informações e as Forças Armadas*. Acedido a 03 de Abril de 2015, em Segurança e Defesa: http://www.segurancaedefesa.pt/noticias/009/intervencao_jorge_silva_carvalho_20090528.pdf

O Espaço das Informações no Combate ao Terrorismo

- Concelho da União Europeia. (2003). *Estratégia Europeia em Matéria de Segurança*. Acedido em 19 de Fevereiro de 2015, em:
<https://www.consilium.europa.eu/uedocs/cmsUpload/031208ESSIIP.pdf>
- Concelho da União Europeia. (2003). *Estratégia Europeia em Matéria de Segurança*. Acedido em 19 de Fevereiro de 2015, em Concelho da União Europeia:
<https://www.consilium.europa.eu/uedocs/cmsUpload/031208ESSIIP.pdf>
- Conselho da União Europeia. (2005, Novembro 30). *Estratégia Antiterrorista da União Europeia*. Acedido em 10 de Fevereiro de 2015, em Conselho da União Europeia:
<http://register.consilium.europa.eu/doc/srv?l=PT&f=ST%2014469%202005%20REV%204>
- Conselho de Ministros. (2003). Conceito Estratégico de Defesa Nacional. *Diário da República - I Série B*, 279-287.
- Conselho de Ministros. (2013). *Conceito Estratégico de Defesa Nacional*. Acedido em 22 de Fevereiro de 2015, em Governo de Portugal:
http://www.portugal.gov.pt/media/909457/20130405_cedn_publicacao_oficial.pdf
- Conselho de Ministros. (2015). *Estratégia Nacional de Combate ao Terrorismo*. Acedido em 26 de Fevereiro de 2015, em Diário da República Electrónico:
<https://dre.pt/application/file/66567311>
- Costa, C. G., Ferreira, M. F., Pereira, M. J., & Soares, A. M. (2009). A UE Enquanto Actor Internacional: Relações Externas e Constituição do "Político" no Contexto Europeu. In C. G. Costa, M. F. Ferreira, Pereira, M. João, Soares, & A. Mendes, *A União Europeia como Actor Global, Dimensões Económica e Normativas da Política Externa Europeia* (pp. 17-33). Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Counter-Terrorism Implementation Task Force. (2015). *Counter-Terrorism Implementation Task Force*. Acedido em 22 de Agosto de 2015, em:
<http://www.un.org/en/terrorism/ctitf/index.shtml>
- Cruz, A. N. (2014). *Mensagem de Boas Vindas do Director do SIS*. Acedido em 04 de Abril de 2015, em Serviço de Informações de Segurança:
<http://www.sis.pt/index-2.html>

Bibliografia

- Deflem, M. (2007). *Europol and the Policing of International Terrorism: Counter-Terrorism in a Global Perspective*. Acedido em 19 de Março de 2015, em Taylor & Francis Online:
<http://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/07418820600869111>
- EUMS - EEAS. (2015, Maio). Global Memo. *Impetus*, pp. 10-13.
- EUMS. (2014). *European Union Military Staff, An integral element of the EU comprehensive approach*. Acedido em 16 de Abril de 2015, em European External Action Service: http://eeas.europa.eu/csdp/structures-instruments-agencies/eu-military-staff/documents/final_brochure_27_may_14.pdf
- EUMS. (2015). *European Union Military Staff*. Acedido em 16 de Abril de 2015, em European External Action Service:
http://eeas.europa.eu/csdp/structures-instruments-agencies/eu-military-staff/organization/index_en.htm
- European External Action Service. (2015). *EU Intelligence Analysis Centre*. Acedido em 16 de Abril de 2015, em European External Action Service:
http://eeas.europa.eu/factsheets/docs/20150206_factsheet_eu_intcen_en.pdf
- Farley, J. D. (2003). *Breaking Al Qaeda Cells: A Mathematical Analysis of Counterterrorism Operations*. Acedido em 16 de Agosto de 2015, em Studies in Conflict & Terrorism, 26:6, 399-411:
<http://dx.doi.org/10.1080/10576100390242857>
- Feiteira, A. M. (2014). A cooperação na União Europeia - Partilha de Informações. In C. U. SOUSA, *O espaço de liberdade, segurança e justiça da UE: desenvolvimentos recentes* (pp. 157-175). Lisboa : Edual.
- Ferreira, A. (2006). *O Novo Terrorismo*. Lisboa: Prefácio.
- Financial Action Task Force. (2008). *Terrorist Financing*. Acedido em 24 de Fevereiro de 2015, em Financial Action Task Force: <http://www.fatf-gafi.org/media/fatf/documents/reports/FATF%20Terrorist%20Financing%20Typologies%20Report.pdf>
- Freire, M. R. (2010). A Externalização da Abordagem Compreensiva: o Caso UE-Rússia. In A. P. Brandão, *A União Europeia e o Terrorismo Transnacional* (p. 46). Coimbra: Almedina.

O Espaço das Informações no Combate ao Terrorismo

- Fundação Calouste Gulbenkian. (2006). *Terrorismo e Relações Internacionais*. Lisboa: Gradiva.
- Garcia, F. P. (2006). *As Ameaças Transnacionais e a Segurança dos Estados*. Acedido em 27 de Fevereiro de 2015, em Biblioteca de Informação Europeia em língua portuguesa:
<https://infoeuropa.euroid.pt/files/database/000036001-000037000/000036360.pdf>
- Garcia, F. P. (2008). *A Participação Portuguesa Nas Missões Militares: Iraque, Afeganistão e Líbano*. Acedido em 19 de Fevereiro de 2015, em Repositório Comum:
http://comum.rcaap.pt/bitstream/123456789/514/1/NeD121_FranciscoProencaGarcia.pdf
- Gouveia, J. B. (2012). *Manual de Direito Internacional Público*. Coimbra: Almedina.
- Gouveia, J. B. (2014). *Estudos de Direito e Segurança, Volume II*. Coimbra: Almedina.
- Gouveia, J. B., & Pereira, R. (2007). *Estudos de Direito e Segurança*. Coimbra: Almedina.
- Graça, P. B. (2011). Os Intelligence Studies nas Relações Internacionais. In P. B. Graça, *Estudos de Intelligence* (pp. 17-25). Lisboa: ISCSP.
- Graham, B., & Talent, J. (2008). *World at Risk. The Report of The Commission on the Prevention of WMD Proliferation and Terrorism*. Nova Iorque: Vintage Books.
- Guedelha, M. J. (2013). *Sistema de Segurança Interna Português. A reforma de 2008 – Forças e Fraquezas*. Acedido em 27 de Fevereiro de 2015, em Jornal de Defesa e Relações Internacionais:
http://database.jornaldefesa.pt/doutrina_e_conceitos/JDRI%20042%20250313%20sistema%20seguranca%20interna.pdf
- Herman, M. (2006). *Intelligence Power in Peace and War*. Cambridge: Cambridge University Press.

Bibliografia

- Hoffman, B. (2002). *Rethinking Terrorism and Counterterrorism Since 9/11*. Acedido em 15 de Agosto de 2015, em *Studies in Conflict & Terrorism*, 25:5, 303-316: <http://dx.doi.org/10.1080/105761002901223>
- Hoffman, B. (2006). *Inside Terrorism*. New York: Columbia University Press.
- Hoffman, B., & Reinares, F. (2014). *The Evolution of the Global Terrorist Threat: From 9/11 to Osama bin Laden's Death*. New York: Columbia University Press.
- Inácio, A. (2007). O Crime Organizado e o seu Papel no Incremento do Terrorismo Salafista. In J. B. Gouveia, & R. Pereira, *Estudos de Direito e Segurança volume I* (pp. 7-22). Coimbra: Almedina.
- International Military Staff. (2011). *NATO's military concept for defence against terrorism*. Acedido em 19 de Fevereiro de 2015, em North Atlantic Treaty Organization : http://www.nato.int/cps/en/natohq/topics_69482.htm?selectedLocale=en
- Joenniemi, P. (2012). Turning into a Sovereign actor? Probing the EU Through the Lens of Neighbourhood. Acedido em 17 de Abril de 2015, em *Francis & Taylor Group*: <http://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/14650045.2010.523098>
- Keohane, D. (2005, Maio). The EU and counter-terrorism. Acedido em 18 de Fevereiro de 2015, em *College of Europe - Bruges Library*: <http://library.coleurope.eu/pdf/CER/keohane.pdf>
- Lara, A. d. (2011). *Ciência Política Estudo da Ordem e da Subversão*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Leal, C. M. (2011). *Magrebe, Islamismo e a Relação Energética de Portugal*. Parede: Tribuna.
- Lima, B. P. (2009). *As Relações entre a NATO e a União Europeia Pós-11 de Setembro*. Acedido em 27 de Março de 2015, em Bernardo Pires de Lima: http://bernardopiresdelima.com/wp-content/uploads/2013/03/RI21_artg6_BPL.pdf

O Espaço das Informações no Combate ao Terrorismo

- Marrin, S. (2007). *Intelligence Analysis Theory: Explaining and Predicting Analytic Responsibilities*. Acedido em 23 de Março de 2015, em Taylor & Francis online: <http://dx.doi.org/10.1080/02684520701770634>
- McDowell, D. (2009). *Strategic Intelligence - a Handbook for Practitioners, Managers and Users (revised edition)*. Lanham, Maryland: The Scare Crow Press, Inc.
- Mendes, N. C. (2008). *História e Conjuntura nas Relações Internacionais*. Lisboa: ISCSP.
- Ministério das Finanças e da Administração Pública. (2010). *Grande Opções do Plano 2010-2013*. Acedido em 22 de Fevereiro de 2015, em Parlamento: http://www.parlamento.pt/OrcamentoEstado/Documents/gop/GOP_2010-2013_VF.pdf
- Monikos, J. (2005). *A European Union Intelligence Service*. Acedido em 20 de Agosto de 2015, em International Journal of Intelligence and CounterIntelligence, 18:2, 191-203: <http://dx.doi.org/10.1080/08850600590911936>
- Moreira, A. (2014). *A estratégia global contra o terrorismo*. Acedido em 03 de Fevereiro de 2015, em Diário de Notícias: http://www.dn.pt/inicio/opiniao/interior.aspx?content_id=4000740&secao=Adriano%20Moreira&tag=Opini%3o%20-%20Em%20Foco
- NATO. (2003). *AJP 2 - Intelligence*. Bruxelas: NATO Standardization Agency.
- NATO. (2014). *AAP- 06*. Bruxelas: NATO Standardization Agency.
- North Atlantic Council. (2010). *NATO Strategic Concept 2010*. Acedido em 19 de Fevereiro de 2015, em North Atlantic Treaty Organization: <http://www.nato.int/lisbon2010/strategic-concept-2010-eng.pdf>
- Nye, J. (2002). *Compreender os Conflitos Internacionais*. Lisboa: Gradiva.
- Pereira, J. (2012). *Informações Estratégicas e Segurança. Intervenção proferida a 28 de Março*. Acedido em 03 de Abril de 2015, em Instituto de Defesa Nacional: <http://www.sirp.pt/cms/view/id/92/>
- Pereira, L. C. (2010). *Relações Internacionais: actores, dinâmicas e desafios*. Lisboa: Prefácio.

Bibliografia

- Portela, I. (2009). *A segurança interna e o combate ao terrorismo: o caso português*. Acedido em 05 de Fevereiro de 2015, em Red de Revistas Científicas de América Latina y el Caribe, España y Portugal : <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=96011647016>
- RAND Corporation. (2006). *Toward a Theory of Intelligence*. Santa Monica / Arlington: RAND Corporation.
- Romana, H. (2008). Informações: uma reflexão teórica. *Segurança & Defesa*, 98-101.
- Sampaio, J. (2006). Intervenção do Presidente da República. *Terrorismo e Relações Internacionais* (p. 28). Lisboa: Gradiva.
- Santos, V. M. (2009). *Cooperação e Conflito na Sociedade Internacional*. Lisboa: ISCSP.
- Santos, V. M., & Ferreira, M. J. (2012). *Sociedade Civil Transnacional*. Lisboa: ISCSP.
- Santos, V. M., & Ferreira, M. J. (2012). *Teoria das Relações Internacionais*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Seabra, P., & Noivo, D. (2010). *Instituto Português de Relações Internacionais e Segurança*. Acedido em 18 de Fevereiro de 2015, em www.ipris.org/php/download.php?fid=187
- Secretariado-Geral do Conselho da UE. (2009). *Incidência do Tratado de Lisboa sobre o Conselho Justiça e Assuntos Internos (JAI): Mais co-decisão e novas estruturas de trabalho*. Acedido em 14 de Abril de 2015, em Conselho da União Europeia: https://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/pt/ec/111622.pdf
- SIED. (n.d.). *Missão, Visão e Valores*. Acedido em 08 de Julho de 2015, em SIED: <http://www.sied.pt/missaovv.html>
- SIS. (n.d.). *Contraterrorismo*. Acedido em 05 de Julho de 2015, em SIS: <http://www.sis.pt/cterr.html>
- Soares, A. (2005). *A União Europeia: que modelo político?* Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

O Espaço das Informações no Combate ao Terrorismo

- Stern, J., & Berger, J. (2015). *Estado Islâmico: Estado de Terror*. Amadora: Vogais.
- Stevenson, J. (2004). *Counter terrorism*. London: Oxford University.
- Stoffer, H. (2013). *The Need for a United Nations Global Counter-Terrorism Coordinator*. Acedido em 02 de Outubro de 2015, em International Centre for Counter-Terrorism: <http://www.icct.nl/download/file/Stoffer-The-Need-For-A-UN-Global-Counter-Terrorism-Coordinator-August-2013.pdf>
- The Al-Qaida Sanctions Committee. (2015). *General Information on the Work of the Committee*. Acedido em 08 de Outubro de 2015, em Security Council Committee pursuant to resolutions 1267 (1999) and 1989 (2011) concerning Al-Qaida and associated individuals and entities: <http://www.un.org/sc/committees/1267/information.shtml>
- Tomé, L. (2006, Novembro). 4-4-4: A Estratégia Anti-terrorista da União Europeia. *Segurança & Defesa*, pp. 24-33.
- Tzu, S. (1974). *A Arte da Guerra*. Lisboa: Editorial Futura.
- UN Counter-Terrorism Committee. (2015). *About the Counter-Terrorism Committee*. Acedido em 01 de Outubro de 2015, em Security Council Counter-Terrorism Committee: <http://www.un.org/en/sc/ctc/aboutus.html>
- United Nations General Assembly. (2006). *The United Nations Global Counter-Terrorism Strategy*. Acedido em 19 de Fevereiro de 2015, em Official Documents System of the United Nations: <http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N05/504/88/PDF/N0550488.pdf?OpenElement>
- Veness, D. (2010). *Terrorism and Counterterrorism: An International Perspective*. Acedido em 15 de Agosto de 2015, em Studies in Conflict & Terrorism, 24:5, 407-416: <http://dx.doi.org/10.1080/105761001750434259>
- Warner, M. (2002). Wanted: a Definition of "Intelligence". *Studies in Intelligence, Journal of the American Intelligence Professional*, 15-22.
- Wouters, J., Coppens, D., & Meester, B. D. (2008). The European Union's External Relations after the Lisbon Treaty. In S. Griller, & J. Ziller, *The*

Bibliografia

Lisbon Treaty - EU Constitutionalism without a Constitutional Treaty? (pp. 142-203). Austria: Springer WienNew York.

XIV Governo Constitucional. (1999). *Programa do XIV Governo Constitucional*.

Acedido em 20 de Fevereiro de 2015, em Governo de Portugal:

<http://www.portugal.gov.pt/media/464048/GC14.pdf>

XIX Governo Constitucional. (2011). *Programa do XIX Governo Constitucional*.

Acedido em 22 de Fevereiro de 2015, em Governo de Portugal:

http://www.portugal.gov.pt/media/130538/programa_gc19.pdf

XV Governo Constitucional. (2002). *Programa do XV Governo Constitucional*.

Acedido em 20 de Fevereiro de 2015, em Governo de Portugal:

<http://www.portugal.gov.pt/media/464051/GC15.pdf>

XVI Governo Constitucional. (2004). *Programa do XVI Governo Constitucional*.

Acedido em 21 de Fevereiro de 2015, em Governo de Portugal:

<http://www.portugal.gov.pt/media/464054/GC16.pdf>

XVII Governo Constitucional. (2005). *Programa do XVII Governo Constitucional*.

Acedido em 21 de Fevereiro de 2015, em Governo de Portugal:

<http://www.portugal.gov.pt/media/464060/GC17.pdf>

XVIII Governo Constitucional. (2009). *Programa do XVIII GOverno Constitucional*.

Acedido em 22 de Fevereiro de 2015, em Governo de Portugal:

<http://www.portugal.gov.pt/media/468569/gc18.pdf>